



MONDIM DE BASTO
MUNICÍPIO

2018

Divisão Administrativa e Financeira

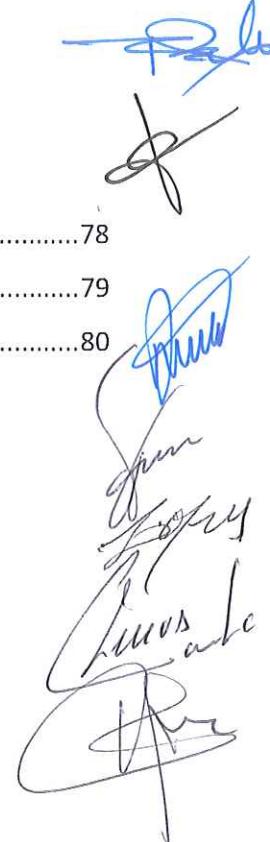


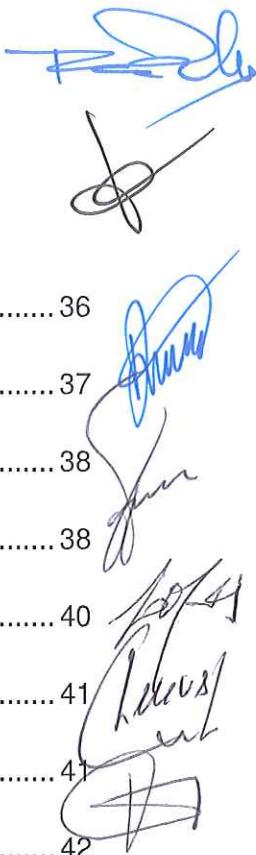
RELATÓRIO DE GESTÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS

Índice

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Enquadramento Legal e Metodologia	7
2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL.....	9
2.3.1 Trabalhos por Administração Direta.....	12
2.3.2 Empreitadas Adjudicadas	14
2.3.3 Candidaturas apresentadas a Fundos Comunitários.....	16
2.3.4 Serviço Municipal de Proteção Civil	29
3 RESUMO dos Aspetos mais Relevantes do Exercício de 2018	36
4 Finanças Municipais	40
4.1 Análise Orçamental	40
4.1.1 Análise do Orçamento.....	40
4.1.2 Modificações ao Orçamento Inicial.....	41
4.1.3 Resumo dos Movimentos Financeiros da Gerência de 2018	41
4.2 Análise da Receita	43
4.2.1 Receitas Fiscais.....	48
4.2.2 Receitas Próprias.....	48
4.2.3 Receita de Capital.....	50
4.2.4 Transferências Correntes e de Capital.....	50
4.3 Análise da Despesa	54
4.3.1 Análise global da despesa	54
4.3.2 Despesas com Pessoal.....	59
4.3.3 Encargos e Passivos Financeiros	65
4.3.4 Aquisição de bens e serviços e outras despesas	66
4.3.6 Transferências e subsídios	67
4.3.7 Despesas de Capital - Investimentos	68
4.4 Análise do Equilíbrio Orçamental	69
4.5 Endividamento Municipal (artigos 48º a 67º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro)	70
4.5.1 Empréstimos Bancários	70
4.5.2 Dívidas a Terceiros - Curto, Médio e Longo Prazo	70
4.5.3 Limite da dívida total em 2018, calculado nos termos da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.....	71
4.6 Indicadores de Gestão Orçamental /Ráculos Financeiros	72
4.7 Análise Económico-Financeira	75
4.7.1 Análise ao Balanço	75
4.7.2 Análise à Demonstração de Resultados	76

5 Proposta de Aplicação de Resultados	78
6 REFERÊNCIA AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO	79
7 TERMO DE ENCERRAMENTO.....	80





ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Principais fontes de receita	36
Quadro 2: Principais agregados da despesa	37
Quadro 3: Composição da dívida a terceiros	38
Quadro 4: Valor da dívida total face ao limite legal	38
Quadro 5: Execução do orçamento no ano financeiro de 2018.....	40
Quadro 6: Evolução da execução orçamental (2014-2018).....	41
Quadro 7: Modificações Orçamentais	41
Quadro 8: Resumo da Conta de Gerência de 2018	42
Quadro 9: Previsão/execução da receita total.....	43
Quadro 10: Evolução das receitas no período 2014-2018	44
Quadro 11: Execução da receita corrente.....	47
Quadro 12: Receita de água, saneamento e resíduos urbanos	48
Quadro 13: Evolução da execução da receita fiscal.....	48
Quadro 14: Estrutura da receita própria 2018	49
Quadro 15: Receita própria/receita total.....	49
Quadro 16: Execução da receita de capital.....	50
Quadro 17: Estrutura da receita proveniente de transferências	51
Quadro 18: Previsão/execução da despesa - 2018.....	55
Quadro 19: Evolução da despesa paga 2014-2018	56
Quadro 20: Grandes rubricas de despesa	58
Quadro 21: Estrutura de recursos humanos em 31/12/2018	59
Quadro 22: Evolução das despesas com pessoal.....	61
Quadro 23: Rácio Juros/Despesa Corrente	65

Quadro 24: Rácio Amortização empréstimos/despesas de capital	65
Quadro 25: Distribuição dos montantes de transferências e subsídios	67
Quadro 26: Equilíbrio Orçamental.....	69
Quadro 27: Dívida a terceiros - curto, médio e longo prazo	70
Quadro 28: Limite da dívida total	71
Quadro 29: Grau de Cobertura Global da Despesa	72
Quadro 30: Estrutura da Receita	72
Quadro 31: Estrutura da Despesa.....	73
Quadro 32: Outros Ráculos	73



ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estrutura da Despesa Corrente	57
Gráfico 2: Estrutura da Despesa de Capital	58
Gráfico 3: Comparação das rubricas de despesa	59

1 INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento Legal e Metodologia

No cumprimento no estipulado no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades participadas- os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano àquele a que respeitam.

Nos termos da mesma Lei, o artigo 77º remete para a certificação legal de contas, da responsabilidade de um auditor externo, o Revisor Oficial de Contas, entretanto proposto pelo órgão executivo e nomeado pelo órgão deliberativo.

O Revisor Oficial de Contas emite parecer de certificação de contas após a aprovação das contas pelo órgão executivo, que segue para apreciação pelo órgão deliberativo.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 3 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, e pela resolução n.º 4/2001 - 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de julho de 2001. Os documentos de prestação de contas são, ainda, organizados e documentados de acordo com as instruções constantes da Resolução 4/2001, de 12 de julho do Tribunal de Contas.

Assim, o presente relatório é parte integrante dos documentos que compõem a prestação de contas e constitui um documento de análise económica e financeira relativo ao ano de 2018. Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de, rapidamente e de forma simples, se visualizarem dados e informações que se julgam importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental como económico e financeiro.

Dispõe o ponto 13 do POCAL que o relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- Situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da Autarquia Local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;

- Proposta de aplicação de resultados líquidos do exercício;

Com o objetivo de abordar as situações mencionadas no POCAL, o relatório de gestão é estruturado em duas vertentes, designadamente:

I – Análise dos factos e informação mais relevantes na ótica orçamental;

II - Informação na ótica patrimonial, nomeadamente da estrutura do balanço e demonstração de resultados, complementada com as notas às demonstrações financeiras – ponto 8 do POCAL.

Assim, **na ótica orçamental**, analisar-se-á a estrutura da receita e da despesa nas suas componentes mais significativas recorrendo, sempre que tal se mostre relevante, à análise comparativa com o (s) ano (s) anterior (s), para avaliar a sua evolução, bem como a análise de indicadores ou rácios orçamentais que evidenciem os factos mais relevantes. Ainda nesta ótica pretende-se avaliar o impacto das alterações aos documentos previsionais, inserindo informação relativa a dotações iniciais / dotações finais por grandes grupos da classificação económica da receita e da despesa, bem como o nível de execução, relativamente às dotações iniciais e finais previstas nos documentos previsionais.

Na ótica patrimonial será analisada a estrutura do balanço, a estrutura de custos / proveitos e o endividamento municipal, com demonstração da situação de endividamento municipal face aos limites legais. Sempre que se justifique e se considere mais elucidativo, recorrer-se-á a uma análise comparativa dos factos, relativamente aos três últimos exercícios, bem como a análise de rácios de gestão que se mostrem ajustados.

2 ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 Composição do Órgão Executivo

Em 31 de dezembro de 2018, eis a composição do órgão executivo:

- **Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto**

Humberto da Costa Cerqueira

- **Vice - Presidente**

Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa

- **Vereador a tempo inteiro**

Paulo Jorge Mota da Silva

- **Vereador a meio tempo**

Duarte Nuno Moreira Lage

- **Vereador sem Pelouro**

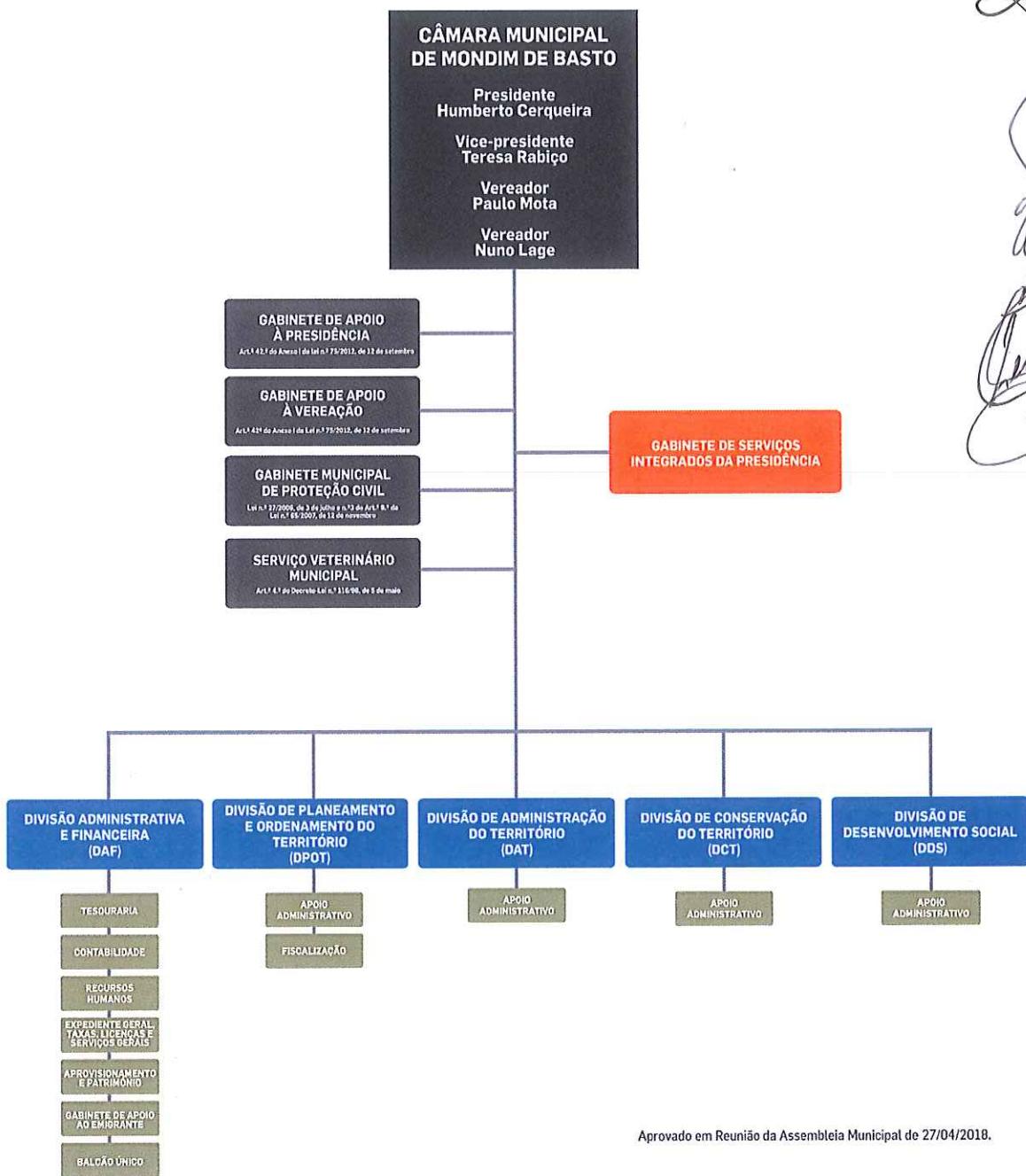
Fernando Maria Dinis de Carvalho Gomes

2.2 Estrutura Orgânica

Em 2018 ocorreu uma alteração à estrutura orgânica do município de Mondim de Basto, assente nas seguintes situações:

- Criação da Divisão de Desenvolvimento Social, que substituiu a Unidade de Desenvolvimento Social, liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão;
- Criação de Divisão de Administração do Território, que substituiu a Unidade de Administração do Território, liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão;
- Criação da Divisão de Conservação do Território, que substitui a Unidade de Conservação do Território, liderada por um titular de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão;
- Criação da Secção do Balcão Único na Divisão Administrativa e Financeira;
- Criação da Secção de Fiscalização na Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território

A figura seguinte evidencia o organograma em vigor.



2.3 Síntese das Atividades Desenvolvidas

2.3.1 Trabalhos por Administração Direta

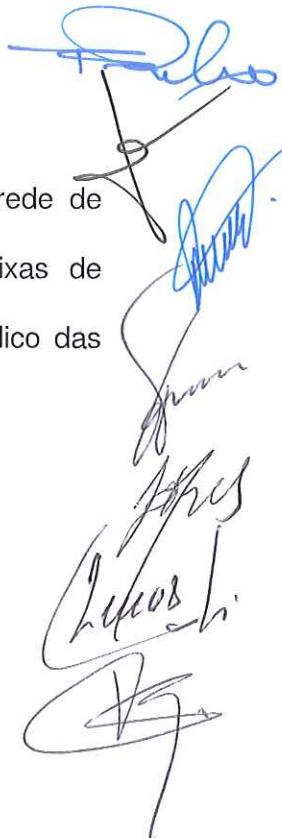
TRABALHOS de MANUTENÇÃO de VIAS MUNICIPAIS

- Limpeza de bermas e valetas numa extensão aproximada de 64 000 00 metros lineares em estradas e caminhos, no concelho
- Trabalhos beneficiação e manutenção de valetas, regos de rega e aquedutos, no concelho
- Correção de troços para drenagem de águas pluviais, em vários locais no concelho
- Desobstrução de aquedutos referenciados pelo concelho com o apoio do trator e cisterna
- Limpeza de terras provenientes da queda de taludes, em vários locais do concelho
- Reposição de pavimento em vias, resultante de vários tipos de intervenções, no concelho
- Beneficiação de muros de suporte, em alvenaria, nos lugares do Atalho, Carril e Novais.
- Aplicação de massa betuminosa a frio, em vários locais do concelho
- Apoio ao Serviço Municipal de Proteção Civil (condições meteorológicas adversas)

TRABALHOS de MANUTENÇÃO nas INFRAESTRUTURAS de ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS

- Abertura e fecho de vala para instalação de coletor/emissário proveniente da Estação Elevatória de Águas Residuais das Lages a ponto de entrega na rede de drenagem existente (Largo Adriano Pinto Coelho) para a ETAR.
- Substituição de aproximadamente 100mL de conduta em ferro, na captação de Lombas - sistema de adução do reservatório de Piscaredo.
- Realização de ligações de reforço entre sistemas de abastecimento de água – Sistema de Paradela/Sistema de Sr.^a da Piedade.
- Execução de todos os trabalhos necessários, para concluir o abastecimento público das zonas habitacionais de Pedravedra e Vila de Mondim, a partir dos reservatórios de água de Sobreira de Mondim.
- Abertura e fecho de vala para substituição de 70 ml de conduta distribuição de água – Vilar de Viando.
- Substituição de conduta de distribuição de água e instalação de coletor de saneamento, nas Escadas da Carreira.
- Substituição de conduta de distribuição de água em mau estado de conservação, na Travessa da Rua da Quinta.
- Execução de trabalhos de correção de troços de saneamento, obstruídos, e execução de caixas, junto ao edifício de S. Tiago - Av Dr. Augusto Brito.
- Instalação de válvula de redução de pressão na conduta de fornecimento de água, para melhorar as condições de serviço da rede, na Rua do Rio – Atei.
- Realização de serviços de execução de novos ramais domiciliários à rede de abastecimento de água
- Execução de serviços de mudança de contadores de lugar, a pedido do consumidor, cumprindo os tramites habituais
- Instalação de contadores de consumo de água
- Reparação de roturas de água, em redes adutoras e de distribuição de água de abastecimento
- Serviço de limpeza e vazamento de fossas

- Realização de serviços de execução de novos ramais domiciliários à rede de coletores de saneamento
- Trabalhos de fixação de tampas, beneficiação e manutenção de caixas de saneamento e águas pluviais
- Reforço de reservatórios em carência de água, para abastecimento público das localidades, com recurso ao camião cisterna.



2.3.2 Empreitadas Adjudicadas

Designação da empreitada	Adjudicatário	Preço contratual (C/ IVA)
Execução da rede periurbana de passeios e respetivas infraestruturas do concelho até Pedravedra, Serra e Vilar de Viando	Higino Pinheiro & Irmão, S.A.	479 244,59 €
Beneficiação dos sistemas de captação e tratamento de água da Sr.ª da Piedade	Oava, Engenharia, Lda	97 454,28 €
Beneficiação energética do edifício da Habitação Social	Reabilitarco, S.A.	624 803,64 €
Execução de nichos para instalação de contadores de água na freguesia do Bilhó	Construções Fernando Machado Meireles, Lda	41 764,00 €
Instalação da cobertura das bancadas do Campo do Pombal em Atei (projeto vencedor do Orçamento Participativo)	Reabilitarco, S.A.	19 482,80 €
Manutenção e reparação de vias municipais em cubo	HILAUGEVA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL, UNIP. LDA	24 960,09 €
Beneficiação de vias municipais na Serra, Suídras e Pedravedra - lote3	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO, SA	25 741,94 €
Beneficiação do caminho público de acesso a Casais - Vilarinho	Revicalçadas, Unipessoal Lda	2 099,33 €
Beneficiação do revestimento do tanque da piscina municipal	Cubos e Bolas, Lda	7 218,60 €
Pintura de passadeiras na Vila de Mondim de Basto	Nortemarca - Marcações de Estradas e Parques Lda	3 707,88 €
Trabalhos de reposição e limpeza de pavimentos na Carreira	Construções Feliciano Meireles, Lda	1 563,50 €
Impermeabilização parcial das coberturas do Museu Municipal, da Biblioteca Municipal e do Jardim de Infância de Mondim de Basto	António Coelho - Impermeabilizações, Lda	9 876,02 €



Reconstrução de muro de suporte no lugar de Pardelhas - UF Ermelo/Pardelhas	Construções Feliciano Meireles, Lda	4 519,15 €
Iluminação da Escola de Música de Mondim de Basto	Barcelenergia - Unipessoal, Lda	9 918,46 €
Reparação de pavimentos em caminhos municipais	Estradas Pinheiro - Engenharia e Construção, Lda	10 591,94 €
Quartel dos Bombeiros - Repavimentação de Acessos e Passeios	Portela e Rodrigues, Lda	4 761,52 €
Trabalhos de integração de câmara redutora de pressão em conduta de água, no lugar de Carril	Elias Santos Pinto, Lda	10 541,70 €
TOTAL		1 378 249,45 €

2.3.3 Candidaturas apresentadas a Fundos Comunitários

PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Local					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
POISE-02-3220-FSE-000286	Em fase final de execução financeira	29/12/2015	76.367,04€	0,00€	76.367,04€
Resumo: Pretendeu-se promover as competências profissionais de oito jovens em situação de desemprego, possibilitando a sua integração em contexto real de trabalho; Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho; Melhorar o respetivo perfil de empregabilidade e promover a respetiva inserção profissional.					
Atividades previstas:					
i. Oito Estágios Profissionais no Município de Mondim de Basto					
Cofinanciado por:					
 PROGRAMA OPERACIONAL INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO		 2020		 UNIÃO EUROPEIA Fundo Social Europeu Iniciativa Emprego Jovem	

Iluminação da Escola da Música de Mondim de Basto					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa de participação
C21.B.469	Executada fisicamente/em fase final de execução financeira	07/11/2016	9.357,04€	9.357,04€	7.485,63€
Resumo: A operação pretende alterar todo o sistema de iluminação do edifício da Escola da Música de Mondim de Basto. Tem como principais objetivos: atingir metas de eficiência energética e redução de cerca de 75% dos consumos energéticos, ao mesmo tempo que se melhoram os níveis luminosos para o conforto dos utilizadores e se diminuem, significativamente, os custos de manutenção dos aparelhos.					
Atividades previstas:					
i. Empreitada de iluminação da Escola de Música de Mondim de Basto					
 Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética					
 Fundo de Eficiência Energética					
 Portugal Energia					
 REPÚBLICA PORTUGUESA					

[Handwritten signatures]

Mondim de Basto – Um Destino por Natureza					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-04-2114-FEDER-000078	Executada fisicamente/em fase final de execução financeira	31/03/2016	395.715,60€	176.591,1€	219.124,50€
Resumo: A criação de uma identidade própria fará com que Mondim de Basto e os seus ativos naturais se transformem numa marca, estrategicamente colocada no mercado. Para isso é importante entender e saber o que quer coletivamente e o que ela representa sendo o maior desafio alinhar todos os stakeholders. Uma visão comum assente em turismo de natureza, mudança na percepção do lugar e imagem de excelência são objetivos que o Município pretende alcançar.					
Atividades previstas:					
i.	Desenvolvimento da Estratégia de Posicionamento Territorial de Mondim de Basto;				
ii.	Promoção de Marca (Conceito);				
iii.	Concretização de Ações de Impacto e Visibilidade (Realização de dois eventos de projeção nacional);				
iv.	Candidatura das Fisgas do Ermelo a Património Natural da Unesco;				
v.	Gestão e Monitorização do Projeto				





Mondim Cooperá					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-02-0853-FEDER-000102	Em execução física e financeira	18/04/2016	453.861,16€	10.274,10€	443.587,06€
Resumo: O projeto "Mondim Cooperá", em parceria com o Núcleo Empresarial de Mondim de Basto compõe-se por um conjunto de ações com o objetivo de qualificar as PME's dos setores agroalimentar, restauração, alojamento, turismo e a indústria extrativa – granito em especial, para a aposta em fatores de inovação, diferenciação e a sensibilização para estes fatores como críticos de competitividade, não só para as empresas mas também para um território de baixa densidade, como é o caso de Mondim de Basto.					

Atividades previstas:

- i. Desenvolver a cooperação Multissetorial das empresas de Mondim de Basto através da realização de 4 encontros empresariais temáticos ("Mondim Coopera para a internacionalização"; "Mondim Coopera para a Qualificação"; "Mondim Coopera para Desenvolver"; "Mondim Coopera para Crescer") e criação de plataforma/redes de cooperação online;
- ii. Realizar a Bienal do Granito;
- iii. Promover as atividades agroalimentares, restauração, hotelaria e turismo no espaço rural através da realização da "Feira da Terra" (2 edições);
- iv. Gestão e execução do projeto - Interna e externa;
- v. Capacitar os empresários para a gestão e desenvolvimento de negócios em territórios de baixa densidade, através da disponibilização de serviços de consultoria nas áreas da gestão.



Eficiência Energética na Habitação Social de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa participação
NORTE-03-1204-FEDER-000002	Em execução física e financeira	13/04/2017	719.197,04€	568.646,82€	85%

Resumo: A operação contempla a implementação de ações que visam aumentar a eficiência energética e utilização de energias renováveis para autoconsumo no edifício de habitação social, propriedade do Município de Mondim de Basto.

Atividade prevista:

- i. Eficiência na envolvente opaca do edifício – instalação de isolamento térmico em paredes exteriores e cobertura;
- ii. Eficiência na envolvente envidraçada – substituição de caixilharias e incorporação de caixas de estores;
- iii. Eficiência nos sistemas – instalação de esquentador de apoio aos painéis solares;
- iv. Promoção de energias renováveis para autoconsumo – instalação de painéis solares térmicos para produção de AQS;
- v. Iluminação interior – substituição de lâmpadas existentes por lâmpadas LED de classe energética mínima A



Criação de uma Rede Periurbana de Passeios na Vila de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa participação
NORTE-03-1406-FEDER-000034	Em execução física e financeira	31/05/2017	607.947,04€	514.859,66€	85%

Resumo: A candidatura proposta surge na sequência do exercício de planeamento preliminar executado ao Nível da CIM do AVE – o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Ave.

Trata-se de uma operação de natureza infraestrutural que visa a execução de passeios e respetivas infraestruturas desde a sede do concelho até aos lugares de Vilar de Viando, Pedra Vedra e Serra, numa extensão total de 4100 metros lineares.

Com esta nova infraestrutura pretende-se melhorar a qualidade do ambiente destas zonas, criando condições de atratividade para os potenciais utilizadores, estimulando à sua circulação nesta rede e assim se afirmar como verdadeira alternativa de mobilidade urbana.

As condições de atratividade resultarão na prossecução de medidas que aumentam a segurança, a acessibilidade e o conforto dos peões, como são exemplo:

- criação de passeios de larguras adequadas e extremidades em rampa;
- eliminação de barreiras urbanísticas;
- criação de passadeiras entre bermas em zonas seguras de boa visibilidade;
- sinalização vertical de passagem de peões e limite de velocidade.

Atividade prevista:

- i. Criação de uma rede periurbana de passeios para viagens pendulares desde a sede do concelho até aos lugares de Vilar de Viando, Pedra Vedra e Serra.



Mondim Digital.Gov					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
NORTE-09-0550-FEDER-000111	Em execução física e financeira	28/04/2017	225.141,66 €	225.141,66 €	85%
Resumo: A operação visa promover modernização administrativa do Município de Mondim de Basto, tornando os processos mais eficientes, digitais, acessíveis e disponibilizados em diferentes plataformas, facultando bens públicos de qualidade, em menor tempo, através duma interação digital suportada por aplicações informáticas que utilizam tecnologia web, e contribuem, por este meio, para a redução dos custos de contexto, para cidadãos e empresas.					
Atividade prevista:					
<ol style="list-style-type: none"> i. Assistência técnica <ol style="list-style-type: none"> a. Elaboração do plano de implementação da operação b. Assegurar a qualidade técnica do equipamento e das soluções informáticas adquiridas c. Assessoria técnica e jurídica aos processos de contratação pública d. Elaboração de relatórios ii. Interacção digital com os cidadãos e empresas <ol style="list-style-type: none"> a. Aquisição e parametrização da aplicação móvel municipal. b. Aquisição e parametrização de sistema interativo de disponibilização de informação contextual, com base na localização, e serviços digitais acedidos nos terminais dos utilizadores (smartphones e tablets). c. Aquisição e parametrização de plataforma para o conhecimento e gestão das respostas sociais. d. Aquisição e parametrização de plataforma para a comunicação integrada do município. e. Fornecimento e parametrização de solução para "orçamento participativo". iii. Desmaterialização e reengenharia de processos <ol style="list-style-type: none"> a. Aquisição e instalação das aplicações informáticas para a desmaterialização de processos b. Reengenharia dos processos de gestão financeira c. Implementação de sistema para a monitorização e comunicação da qualidade da água e dos níveis e caudais em depósitos municipais iv. Capacitação dos serviços e formação dos trabalhadores 					

Mais Escola, Mais Sucesso

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa de Comparticipação
NORTE-08-5266-FSE-000069	Aprovada	22/06/2017	179.908,11€	179.908,11€	85%

Resumo: A candidatura "Mais Escola, Mais Sucesso" surge na sequência da implementação do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do AVE e consiste na criação de uma equipa multidisciplinar para intervir, de forma articulada entre o Município e o Agrupamento de Escolas, no seio da comunidade escolar mondinense por forma a contribuir para a promoção e qualificação do sucesso escolar.

Esta equipa será composta por técnicos da área da educação, serviço social e reabilitação psicomotora que, para além de acompanhar todo o processo de implementação do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal do Ave, intervirá numa lógica de potenciação do trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas na implementação do seu Plano de Ação Estratégica, que reflete as necessidades específicas dos seus alunos e sugere uma ingerência ajustada aos contextos locais, por forma a garantir a sua continuidade no pós 2020.

Pretende-se, portanto, com esta resposta, intensificar o apoio às escolas na implementação de projetos e boas práticas que promovam a melhoria do rendimento escolar e que trabalhem o processo de inclusão social dos alunos com o recurso a soluções complementares de educação não formal, capacitação ao nível das competências parentais, sociais e emocionais. Que previnam o insucesso evitando focarem-se em estratégias de atuação meramente remediativas.

Objetivos:

- i. Capacitar os encarregados de educação de competências parentais;
- ii. Estabelecer uma articulação mais próxima entre as escolas, os alunos e as famílias para potenciar o sucesso escolar;
- iii. Estimular o interesse e a motivação dos alunos pelas atividades escolares, estabelecendo parcerias entre a escola e a área da cultura e desporto;
- iv. Inovar no combate ao insucesso escolar;
- v. Aumentar a consciência, a participação ativa e o envolvimento dos parceiros da rede institucional local no combate ao insucesso escolar;
- vi. Melhorar as relações interpessoais em contexto escolar;



Laboratório "Experiência de Sucesso"

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa de Comparticipação
NORTE-08-5266-FSE-000129	Executada fisicamente/em fase final execução financeira	18/08/2017	17.986,46€	17.986,46€	85%

Resumo: A candidatura "Laboratório Experiência de Sucesso" surge na sequência do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar do AVE e pela constatação de duas grandes fragilidades existentes no Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto (devidamente identificado no seu Plano de Ação Estratégico). Uma delas prende-se com a escassez de práticas experimentais que compromete o desenvolvimento de literacias científicas/cultura científica, em todos os ciclos de ensino, mas muito em particular no 1º ciclo e, outra, com as grandes dificuldades a nível da leitura, escrita, interpretação e resolução de situações-problema.

A operação consiste na implementação de um laboratório no Centro Escolar de Mondim, onde se pretende estimular a atenção, concentração, criatividade e o espírito crítico dos alunos conducentes à melhoria significativa dos resultados escolares nas diferentes áreas de aprendizagem.

Objetivos:

- i. Aumentar as atividades experimentais no 1º ciclo;
- ii. Otimizar e rentabilizar os recursos humanos e materiais (articulação vertical);
- iii. Participar em projetos de âmbito Nacional e Local (Projeto Fundação Ilídio Pinho e Parque Natural do Alvão);
- iv. Adotar metodologias de diferenciação pedagógica;
- v. Dinamizar atividades teórico-práticas;
- vi. Melhorar o desempenho global dos alunos;
- vii. Melhorar as competências de leitura e escrita;
- viii. Promover o trabalho colaborativo.



Aproveitamento de Regeneração Natural do Monte de Paradela

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
PDR2020-815-049853	Submetida	09/10/2018	114.201,52€	0,00€	107.737,28€

Resumo: Foi submetida ao PDR 2020, na sua medida 8.1.5 um projeto de "Aproveitamento de regeneração natural do Monte de Paradela". É proposta uma área florestal, propriedade do Município de Mondim de Basto, ocupada por regeneração natural de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), com uma idade média de 11 anos e uma altura média de 4 m, proveniente de um incêndio ocorrido em 2005. Como tal, trata-se de um povoamento sobreplantado mas em bom estado fitossanitário.

Com alguma representatividade e aparecendo em forma descontínua o extrato arbustivo constituído maioritariamente por carqueja, urze e giesta.

A área proposta caracteriza-se por apresentar declives variáveis, mais acentuados nas zonas limítrofes da mesma.

Atividades previstas:

- i. Redução de densidades excessivas;
- ii. Controlo da vegetação espontânea total;
- iii. Desramação;
- iv. Beneficiação de caminhos;
- v. Beneficiação de aceiro.



Mercadinho Rural de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
PDR2020-10214-042065	Aprovada	12/10/2017	107.110,09€	107.110,09€	50%

Resumo: Esta operação tem o objetivo de fazer crescer e consolidar o "Mercadinho Rural", promovido nos últimos 3 anos pelo Município de Mondim de Basto, apostando na sua promoção, atraindo mais produtores (diversificar a oferta de produtos) e, consequentemente mais público. Para que tal seja possível, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

1. Melhorar as condições de funcionamento do atual "Mercadinho Rural" – para o efeito pretende-se melhorar as condições existentes ao nível das estruturas físicas de apoio à comercialização e o desenvolvimento de uma imagem atual e apelativa;
2. Incrementar a procura pelos produtos com origem no território de Mondim de Basto – para a concretização deste objetivo serão desenvolvidas ações de sensibilização junto dos consumidores - incentivando a compra de produtos locais - e produtores - promovendo a participação de novos produtores e, consequentemente permitir uma oferta mais alargada de produtos no "Mercadinho Rural";
3. Promover o associativismo dos produtores locais;
4. Fomentar a compra de produtos agrícolas e transformados com origem em Mondim de Basto por parte dos agentes económicos locais.

Atividade prevista:

- i. Plano de Comercialização
- ii. Aquisição de estruturas de apoio à comercialização
- iii. Desenvolvimento de branding do "Mercadinho Rural"
- iv. Plano de Animação do "Mercadinho Rural" - Ações de promoção e sensibilização para a comercialização de proximidade
 - Ações de promoção
 - Ações de sensibilização para produtores / agentes económicos locais



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento



PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE



associação de desenvolvimento rural de Basto

União das freguesias

Ribeira de Pena

Mondim de Basto

caboclos de basto

Reabilitação e Ampliação da Casa da Cultura

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
NORTE-04-2316-FEDER-000153	Aprovada	07/12/2017	1.422.041,08€	1.096.957,00€	85%

Resumo: A operação consiste na reabilitação e ampliação do edifício da Casa da Cultura por forma a dotá-lo de condições essenciais para as diferentes expressões artísticas. Pretende-se esta reabilitação numa perspetiva de reafirmação da identidade e do valor patrimonial da Área de Reabilitação Urbana de Mondim de Basto.

Paralelamente à intervenção infraestrutural, serão promovidas iniciativas de animação urbana com vista à criação de novas dinâmicas de desenvolvimento que assegurem a atratividade económica de toda a área envolvente e consequente aumento da coesão social.

Atividade prevista:

- i. Reabilitação e ampliação da Casa da Cultura (projeto, fiscalização, empreitada e aquisição de imóveis);
- ii. Animação urbana



Ampliação da Rede de Saneamento da freguesia de S. Cristóvão de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
POSEUR-03-2012-FC-000901	Aprovada	15/12/2017	2.411.212,22€	2.411.212,22€	85%

Resumo: A operação de "Ampliação da Rede de Saneamento da Freguesia de S. Cristóvão de Mondim de Basto" tem como principal objetivo aumentar a cobertura da rede e da construção de estações elevatórias, que permitam o encaminhamento das águas residuais urbanas da freguesia para tratamento na ETAR de Mondim.

Esta solução irá, assim, aumentar a acessibilidade física ao serviço de saneamento à população, reduzindo a poluição associada à existência de fossas sépticas, na massa de água do Rio Tâmega, no enquadramento da Região Hidrográfica do Douro.

Atividade prevista:

- Ampliação da rede de saneamento da freguesia de S. Cristóvão de Mondim de Basto (projeto e empreitada)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo de Coesão

Construção da Rede de Saneamento e ETAR compacta na freguesia de Atei - Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
POSEUR-03-2012-FC-000947	Não aprovada	15/12/2017	544.663,63€	544.663,63€	85%

Resumo: A operação visa o aumento da cobertura da rede de saneamento e a construção de uma ETAR Compacta em Atei, Mondim de Basto, eliminando as fossas sépticas existentes e permitindo o tratamento dos efluentes, a redução da poluição urbana na massa de água do Rio Tâmega e contribuindo para o cumprimento dos compromissos nacionais no que respeita ao normativo nacional e comunitário.

Atividade prevista:

- Construção da Rede de Saneamento e ETAR compacta na freguesia de Atei (projeto e empreitada).



UNIÃO EUROPEIA
Fundo de Coesão

WI-FI em Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
P071917	Em execução física e financeira	15/12/2017	23.862,47€	23.862,47€	90%

Resumo: A candidatura apresentada à Linha de Apoio à Disponibilização de Redes Wi-Fi do Programa VALORIZAR do Turismo de Portugal tem como objetivo expandir e melhorar a rede municipal sem fios atualmente disponível no concelho, em especial no Centro histórico de Mondim de Basto e em locais de grande afluência turística como é o caso da Senhora da Graça, bem como em alguns edifícios municipais, designadamente: Câmara, mercado, piscina e minigolfe. A solução apresentada passa pela instalação de novos pontos de acesso no centro histórico e Senhora da Graça e, pelo incremento da qualidade do serviço prestado e substituição da rede wireless dos edifícios municipais, uma vez que a mesma está assente em equipamentos obsoletos.

Atividade prevista:

- Instalação de novos pontos de acesso, incremento da qualidade do serviço prestado e substituição da rede wireless dos edifícios municipais.



Melhoria das Condições de Visitação do Miradouro das Fisgas de Ermelo

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa participação
P085517	Notificação de intenção de inelegibilidade	29/12/2017	208.672,66€	208.672,66€	90%
Resumo: O objetivo principal da presente candidatura é requalificar e valorizar o miradouro das Fisgas de Ermelo, melhorando as condições de visitação, por forma a torná-lo acessível a turistas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes, garantindo-se desta forma um acolhimento inclusivo para todos.					
A solução candidatada incide numa área de intervenção de cerca de 2.000 m ² e abrange a parte final da via de acesso ao miradouro das Fisgas de Ermelo e o afloramento granítico que lhe serve por base.					
Os objetivos programáticos visam essencialmente a criação de uma plataforma de observação da paisagem das Fisgas com acessos pedonais de acesso universal e áreas de estadia; prevê também a criação de zonas de estacionamento para viaturas ligeiras, para bicicletas e motociclos; um estacionamento para um miniautocarro e dois lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida.					
Atividade prevista:					
<ul style="list-style-type: none"> i. Elaboração de projeto de melhoria das condições de visitação às Fisgas de Ermelo; ii. Requalificação do Miradouro das Fisgas de Ermelo (Empreitada) 					



Reformulação/Ampliação da ETAR de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa participação
POSEUR-03-2012-FC-001005	Alteração de titularidade para Águas do Norte SA	26/02/2018	1 717 984,00 €	1 637 052,56 €	85%
Resumo: A operação de reformulação/ampliação da ETAR de Mondim de Basto surge como resposta à necessidade urgente e inadiável de aumentar a acessibilidade e melhorar a qualidade do serviço de saneamento de águas residuais à população, reduzindo a poluição urbana na massa de água do Rio Tâmega e contribuindo de forma mais resiliente e sustentada para o cumprimento das Diretivas Comunitárias.					
Atividade prevista:					
<ul style="list-style-type: none"> i. Reformulação/ampliação da ETAR de Mondim de Basto (projeto e empreitada). 					



Valorização das Quedas do rio Cabrão

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa participação
P041418	Considerada Inelegível	29/06/2018	616.434,21€	444.444,44€	90%
Resumo: A candidatura apresentada incide nas Quedas do Rio Cabrão (freguesia do Bilhó) e visa criar estruturas necessárias, de forma não invasiva e sustentável, para a visitação, acesso e lazer nesta zona de referência local.					
Na generalidade o projeto pretende:					

- Formalizar o estacionamento, organizando o trânsito e lugares definidos, bem como, regularizar a estrada e colocar sinalização;
- Criar um edifício de apoio para apreciação do local, formalização da entrada do espaço e guardar materiais relacionados com as atividades desenvolvidas no local;
- Instalar deck de madeira para garantir acessos em condições de segurança;
- Criar dois açudes na linha de água;
- Conceber pequenas zonas de modelação para facilitar a estadia e a segurança no local;
- Aplicar estrutura metálica ou de segurança na zona da queda de água para a prática de canyoning.

Atividade prevista:

- i. Elaboração do projeto de valorização das Quedas do Rio Cabrão;
- ii. Empreitada da valorização das Quedas do Rio Cabrão.



Requalificação do Relvado do Estádio Municipal de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
Despacho n.º 6274/2018	Aprovada, sem dotação orçamental	30/07/2018	158 995,48€	158 995,48€	60%

Resumo:

A candidatura apresentada ao programa “Beneficiação de Equipamentos Municipais”, no âmbito do Programa Nacional para a Coesão Territorial, propõe a substituição do relvado sintético do Estádio Municipal de Mondim de Basto.

Dado a intensa utilização, o relvado existente encontra-se em profundo estado de degradação, não permitindo a prática desportiva nas condições mínimas desejáveis, o que torna imperioso requalificar o relvado por forma a dotá-lo de condições ótimas à prática do desporto em geral e do futebol em particular.

Neste contexto, propõe-se a substituição do relvado sintético de futebol existente, cujo terreno de jogo terá as dimensões de 105m x 64m (6.720 m²), inserido numa área de relvado sintético de 7.211,49 m², que inclui as áreas de reserva periféricas nas laterais e nos topes das balizas.

Atividade prevista:

- i. Levantamento/remoção do relvado sintético existente;
- ii. Trabalhos de regularização necessários ao estabelecimento das pendentes e regularização da superfície a pavimentar;
- iii. Aplicação, sob o relvado, de tela drenante/protetora com elevados níveis de qualidade de instalação;
- iv. Revestimento do campo constituído por relva sintética com carga mista de areia de sílica e carga orgânica de granulado de borracha, incluindo remates e cortes.



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

XXI GOVERNO

Melhoria das Condições para a Prática de Parapente no Monte Farinha

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
NORTE-06-3928-FEDER-000058	Submetida	31/10/2018	238.437,85€	236.793,69€	75%

Resumo: A operação candidatada no âmbito dos projetos âncora da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Minho Inovação visa a melhoria da infraestrutura utilizada para a prática de parapente, designadamente nas pistas de descolagem e aterragem, dotando-a de condições de confiança e segurança para os praticantes da modalidade e espectadores.

No final da intervenção é esperado que uma das principais atrações do Concelho – a Senhora da Graça, seja capaz de oferecer mais um produto de turismo ativo diferenciador e de qualidade, atrair/fixar mais praticantes da modalidade, acolher novos eventos desportivos e consequentemente contribuir para o aumento da visibilidade e notoriedade do destino turístico do Concelho e da Região.

Atividade prevista:

- i. Empreitada de melhoria das condições para a prática de parapente no Monte Farinha.



Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto (segunda candidatura)

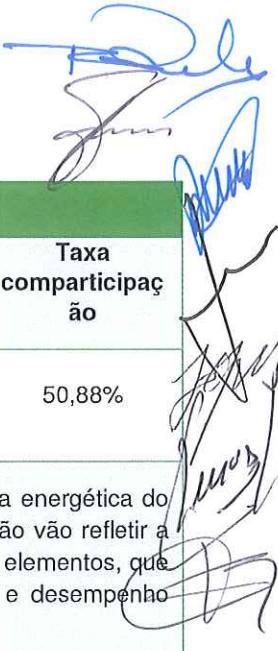
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento não elegível	Investimento elegível
NORTE-08-5673-FEDER-000174	Submetida	22/11/2018	2.500.000,00€	0,00€	2.500.000,00€

Resumo: Com a implementação da presente operação pretende o Município de Mondim de Basto solucionar as patologias identificadas no edificado existente, bem como, dotar os espaços da funcionalidade atualmente exigida para tirar partido do melhor aproveitamento dos espaços. As obras de ampliação e requalificação agora projetadas melhorarão significativamente a qualidade das instalações escolares no que respeita à organização interna dos seus espaços (funcionalidade), aos critérios de segurança, às exigências de acessibilidades e à eficiência energética.

Atividade prevista:

- i. Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto.





Núcleo de Técnicas Tradicionais – Casa das Memórias de Ermelo					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
NORTE-03-1203-FEDER-000197	Submetida	21/12/2018	98 418,71€	43 790,20€	50,88%

Resumo: A operação candidatada prevê a implementação de ações que visam aumentar a eficiência energética do edifício do Núcleo de Técnicas Tradicionais - Casa das Memórias de Ermelo. As ações de beneficiação vão refletir a eficiência de desempenho energético ao nível construtivo, pelo que serão requalificados e reabilitados elementos, que de forma inquestionável fazem todo o sentido para melhorarem as condições de conforto térmico e desempenho energético da casa, refletindo-se na redução dos consumos energéticos.

Atividade prevista:

- Requalificação do Núcleo de Técnicas Tradicionais – Casa das Memórias de Ermelo com medidas de beneficiação energética das fachadas, coberturas AVAC e instalações elétricas.



Fornecimento e instalação de luminárias LED na rede IP do concelho					
Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
NORTE-03-1203-FEDER-000209	Submetida	21/12/2018	419 945,50 €	419 945,50 €	95% (reembolsável)

Resumo: A operação candidatada prevê a implementação de ações que visam aumentar a eficiência energética na rede de iluminação Pública do concelho de Mondim de Basto através da instalação de luminárias LED.

Atividade prevista:

- Empreitada de fornecimento e instalação de luminárias LED.



Reabilitação energética do Pavilhão Gimnodesportivo de Mondim de Basto

Código Operação	Estado a 31/12/2018	Data Submissão	Custo Total	Investimento elegível	Taxa comparticipação
NORTE-03-1203-FEDER-000176	Submetida	20/12/2018	574 098,33€	400 251,24 €	50,64%

Resumo: A intervenção proposta a financiamento comunitário consiste na resolução das várias patologias construtivas evidenciadas no pavilhão gimnodesportivo de Mondim de Basto. Estas patologias, provocadas por problemas térmicos e aliados aos problemas estruturais, denotam numa degradação acelerada em todo o edifício.

Com a reabilitação energética do edifício pretende-se melhorar as condições de uso eficiente de energia nas áreas do isolamento, climatização e ventilação, isto é a qualidade do ar interior e a eficiência energética do edifício (Pavilhão Gimnodesportivo de Mondim de Basto).

Atividade prevista:

- i. Elaboração do projeto de execução;
- ii. Empreitada para o aumento da eficiência energética no Pavilhão com intervenção:
 - Envolvente Opaca: Isolamento térmico em paredes exteriores - aplicação pelo exterior com revestimento aplicado sobre o isolante; Isolamento térmico de cobertura inclinada - aplicação nas vertentes sobre a estrutura resistente da cobertura inclinada + aplicação isolamento sobre a laje de esteira;
 - Eficiência nos sistemas: Instalação de sistema o tipo bomba de calor (BC), tipo inverter com classe energética "A" de conduta para climatização. Instalação de sistema para insuflação / extração de ar novo; Instalação de Bomba de calor (BC) para apoio AQS; Substituição das lâmpadas atuais e/ou instalação de LED's para iluminação e instalação de tubos ótico para produção de luz natural;
 - Produção de energia térmica: Instalação de sistema térmico individual - Sistema de circulação forçada (aumentar o sistema existente); Instalação de sistema solar fotovoltaico autónomo sem apoio.
- iii. Realização de auditorias energéticas;
- iv. Aquisição de serviços de fiscalização.



2.3.4 Serviço Municipal de Proteção Civil

O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), criado em setembro do ano de 2015, integra o Gabinete Técnico Florestal (GTF), e a Equipa de Sapadores Florestais (ESF27-115). Durante o ano de 2018, prosseguiu a sua missão de garantir, em concordância com os valores da competência, transparência e personalização, na área do Município de Mondim de Basto, o cumprimento da legislação e regulamentos que disciplinam matérias relativas às atribuições da autarquia e da competência dos seus órgãos, numa lógica de proximidade, bem como executar a política municipal de segurança nos domínios respeitantes à proteção civil, florestas e recursos geológicos.

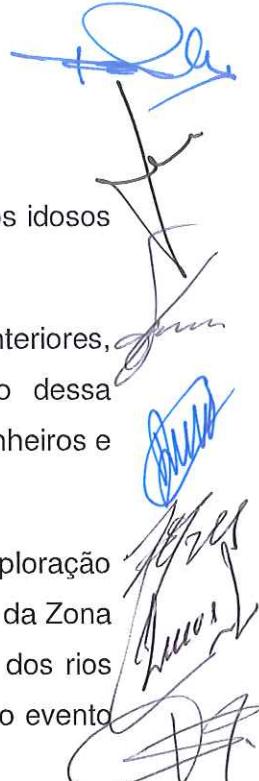
Manteve-se assim a presença da proteção civil municipal quer junto à comunidade escolar quer junto à comunidade em geral, com a adesão à iniciativa “Plantar Portugal”, com a realização do exercício sísmico “A Terra Treme”, com ações de sensibilização sobre a problemática da *Vespa velutina*, com a implementação dos Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras” e com ações de vigilância nos eventos Vodafone Rally de Portugal, Rampa da Sr.^a da Graça e Volta a Portugal em Bicicleta.

Dada a situação flagelosa que o país viveu no ano de 2017, no início do ano de 2018, o Município realizou uma intensa campanha de sensibilização e informação sobre as regras para execução de limpezas em torno dos edifícios isolados e dos aglomerados. Para além disso também os técnicos do SMPC participaram em diversas sessões de esclarecimento realizadas pelo SEPNA da GNR por todo o concelho.

No ano de 2018 foi realizada, com elementos dos GIPS da GNR, uma vistoria a todos os pontos de água de combate a incêndios rurais existentes no concelho, para a devida integração no Plano Operacional Municipal.

A iniciativa “Plantar Portugal” contou este ano com uma ação de sensibilização para as crianças do 1.º ciclo do ensino básico inerente ao tema da problemática da *Vespa velutina* e seus impactes na população de abelhas. Para além disso, foram também construídas, com as crianças, armadilhas para colocação junto aos apiários e posteriormente entregues aos apicultores do concelho.

A 5 de novembro, pelas 11:05 horas, aderimos ao exercício público nacional “A Terra Treme”, exercício de sensibilização para o risco sísmico, que tem como objetivo sensibilizar para as regras básicas a efetuar antes, durante e depois de um sismo. Esta atividade contou com o apoio da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, foi



realizada nas instalações da Santa Casa da Misericórdia e teve como público-alvo os idosos daquela instituição e as crianças do ensino pré-escolar.

Também no ano de 2018, e à semelhança do que tem vindo a ser feito em anos anteriores, foi realizada uma candidatura ao projeto "Floresta Comum". Como resultado dessa candidatura foram atribuídas ao Município de Mondim de Basto 100 árvores: medronheiros e azevinhos.

Este serviço realizou ainda uma Montaria ao Javali, prevista no Plano Anual de Exploração da Zona de Caça Municipal, que é elaborado anualmente, realizou o repovoamento da Zona de Caça Municipal com 100 indivíduos da espécie *Alectoris rufa*, o repovoamento dos rios Cabril e Cabrão com cerca de 4000 alevins de *Truta fario* e colaborou ativamente no evento Feira de Ano.

O Serviço Municipal de Proteção Civil é também responsável pela destruição de ninhos de *Vespa velutina nigrithorax*, praga que foi detetada pela 1.ª vez no nosso concelho no ano de 2014. No ano de 2018, com o apoio da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, foram destruídos 36 ninhos desta espécie.

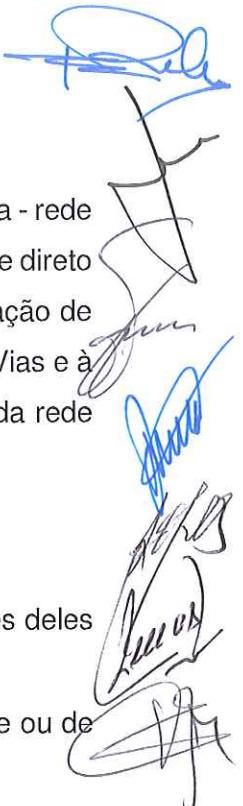
O SMPC participou ainda em ações preventivas de salubridade, fiscalizando casas e terrenos e anomalias em vias municipais, para constatação do (in)cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, na sua atual redação, bem como da Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro.

O quadro seguinte apresenta uma súmula dessa atividade em 2018, dizendo apenas respeito a notificações que foram efetivadas por escrito. Existem diversos casos que são resolvidos apenas com um telefonema escusando-se a necessidade de realização de notificação escrita.

Tendo em conta a dificuldade existente em identificar alguns proprietários de terrenos devido à inexistência de cadastro, foi celebrado, a 24 de maio de 2018, um protocolo entre o Município de Mondim de Basto e a Autoridade Tributária e Aduaneira, com o objetivo de colmatar esta deficiência e serem fornecidos à Câmara Municipal os dados necessários para a correta realização de notificações.

TOTAL DE NOTIFICAÇÕES

Terrenos por limpar	Árvores em risco	Muros em risco	Outras	TOTAL
20	5	2	4	31



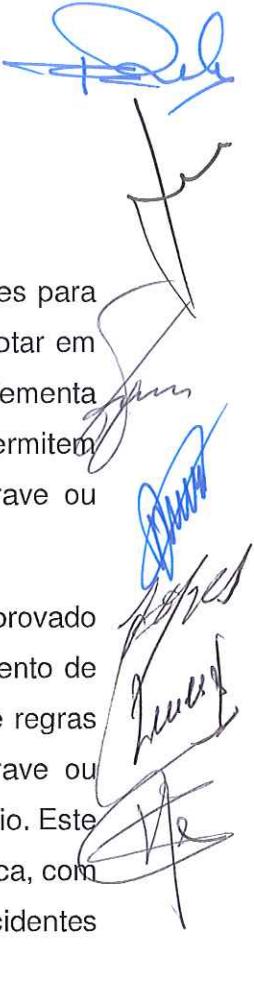
No que diz respeito à realização de faixas de gestão de combustível da rede secundária - rede viária municipal –, foram realizadas 4 contratações de prestação de serviços, por ajuste direto e 2 delegações de competências em Juntas de Freguesia que culminaram na realização de 30,25 hectares de limpezas de matos e abate de árvores. Com recurso à Equipa das Vias e à Equipa de Sapadores Florestais do Município realizaram-se 9,29 hectares de FGC da rede viária municipal e 9,5 hectares de limpeza em volta da Zona Industrial.

São objetivos da Proteção Civil:

- Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofes deles resultantes;
- Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso de acidente grave ou de catástrofe;
- Socorrer e assistir pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público;
- Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Durante o ano de 2018, e tendo por base os pilares essenciais da atuação da Proteção Civil na esfera das competências municipais, este serviço desenvolveu as suas competências em prol do bem-estar, segurança e conforto da comunidade.

Procurou-se garantir o apoio a todas as solicitações nos mais variados domínios de proteção civil. A prevenção de situações de risco, o auxílio e o socorro prestados são a mais-valia deste serviço municipal. Planear e projetar cenários permite a consciencialização e preparação para a atuação dos vários agentes de proteção civil, tornando este serviço diferenciador dos demais intervenientes em situações de acidente grave ou catástrofe.



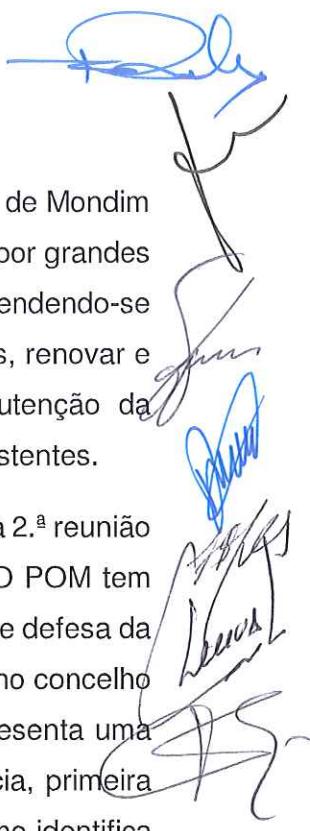
Planeamento e Gestão

É um pressuposto elementar da proteção civil atuar na prevenção, criando condições para que os acidentes não ocorram, planeando antecipadamente os procedimentos a adotar em situações de emergência. Nesse sentido, o SMPC desenvolve, atualiza e implementa instrumentos de planeamento, gestão, socorro e reposição da normalidade que permitem responder de forma eficaz e eficiente a toda e qualquer situação de acidente grave ou catástrofe que ocorra dentro da área do Município.

Assim, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Mondim de Basto, aprovado pela Resolução n.º 32/2016 de 21 de outubro, é o principal documento de planeamento de emergência municipal, representando a sistematização de um conjunto de normas e regras procedimentais destinadas a evitar ou a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe, que possa ocorrer numa determinada área municipal ou em todo o Município. Este documento, de caráter geral, identifica os riscos de origem natural ou de ação antrópica, com probabilidade de ocorrência significativa no concelho, dos quais podem resultar acidentes graves ou catástrofes.

O Programa “Aldeia segura” definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de outubro é um programa de proteção de aglomerados populacionais e de proteção florestal destinado a estabelecer “medidas estruturais para proteção de pessoas e bens, e dos edificados na interface urbana-florestal, com a implementação e gestão de zonas de proteção aos aglomerados e de infraestruturas estratégicas, identificando pontos críticos e locais de refúgio. A mesma Resolução institui também o programa “Pessoas Seguras” destinado a promover “ações de sensibilização para a prevenção de comportamentos de risco, medidas de autoproteção e realização de simulacros de planos de evacuação, em articulação com as autoridades locais”. No ano de 2018 este programa foi implementado nas localidades de Carrazedo (União das Freguesias de Campanhó e Paradança) Travassos (freguesia do Bilhó) e Paço (União das Freguesias de Ermelo e Pardelhas). Para estas aldeias foi realizado um Plano de Evacuação, selecionado o Oficial de Segurança e realizada uma sessão de esclarecimentos para a população com simulação das atitudes a adotar em caso de necessidade de evacuação.

No que à Defesa da Floresta Contra Incêndios concerne, foram realizadas duas reuniões da Comissão Municipal durante o ano de 2018. Uma realizou-se em janeiro de 2018, na qual foram tratados assuntos relacionados com a nova legislação florestal, que entrou em vigor nos últimos meses do ano de 2017, prestou-se informação relativa a incêndios rurais no concelho e foram ainda aprovadas as campanhas de sensibilização para o ano 2018. Nesta

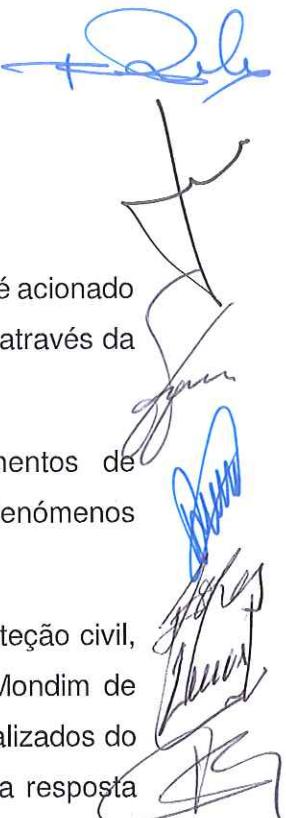


reunião foi também aprovado o Plano de Fogo Controlado (PFC) para o concelho de Mondim de Basto. Este Plano tem como objetivos centrais dar resposta à área percorrida por grandes incêndios florestais e criar condições para renovação de pastagens, pretendendo-se compartimentar o território, criando barreiras à propagação de grandes incêndios, renovar e melhorar pastagens, criar um mosaico na paisagem essencial para a manutenção da biodiversidade e promover ativamente a proteção dos povoamentos florestais existentes.

Foi ainda atualizado o Plano Operacional Municipal (POM), e aprovado em sede da 2.ª reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta que decorreu no mês de maio. O POM tem como principal objetivo a identificação e operacionalização de todo o dispositivo de defesa da floresta contra incêndios presente e com responsabilidade direta de intervenção no concelho de Mondim de Basto. Para a concretização deste objetivo, este documento apresenta uma inventariação de todos os recursos humanos e materiais de prevenção, vigilância, primeira intervenção, combate, rescaldo e pós-rescaldo, existentes no concelho, bem como identifica o modo de articulação entre os diversos intervenientes. Desta forma, pretende-se garantir uma primeira intervenção no menor período de tempo possível, sendo objetivo específico, o tempo do ataque inicial ser inferior a vinte minutos.

Não existia, até ao ano de 2018, um normativo relativo às limpezas a realizar em terrenos inseridos em solo urbano, gerando-se um vazio legal e regulamentar no que a esse assunto dizia respeito, pelo que se tornou necessário a criação de regulamentação para estas ações, de modo a permitir que a autarquia atuasse de forma eficaz e adequada, seja por iniciativa própria ou particular. Assim no ano de 2018 foi elaborado pelo SMPC, aprovado em sede de reunião de Câmara e Assembleia Municipais e publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 7128/2018 de 25 de maio, o Regulamento para Limpeza de Terrenos em Solo Urbano do Concelho de Mondim de Basto.

No que concerne à gestão florestal do Monte de Paradela, propriedade do Município, foram desenvolvidas pela ESF27-115 diversas ações de silvicultura, realizada uma hasta pública para venda de material lenhoso (pinheiros e eucaliptos), com o objetivo de se implementar um mosaico de folhosas e foi ainda realizada uma candidatura à Operação 8.1.5 – Melhoria da Resiliência e do Valor Ambiental das Florestas, com proposta de intervenção em 48 ha para aproveitamento da regeneração natural.



Socorro e Salvamento

O Serviço Municipal de Proteção Civil funciona 24 horas por dia, 365 dias por ano e é acionado através do n.º 961 953 486, através dos Bombeiros Voluntários (255 381 251) ou através da Guarda Nacional Republicana (255 381 122).

Das intervenções efetuadas destacam-se a queda de neve, os deslizamentos de terras/derrocada de taludes, a inundação das vias municipais causadas por fenómenos naturais e ainda a queda de muros para a via pública.

O SMPC encontra-se em permanente articulação com os demais agentes de proteção civil, com destaque para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto, para a Guarda Nacional Republicana e também para os serviços descentralizados do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, com o intuito de dar uma resposta eficaz e eficiente às ocorrências, minorando os efeitos para as populações e bens.

Sapadores Florestais

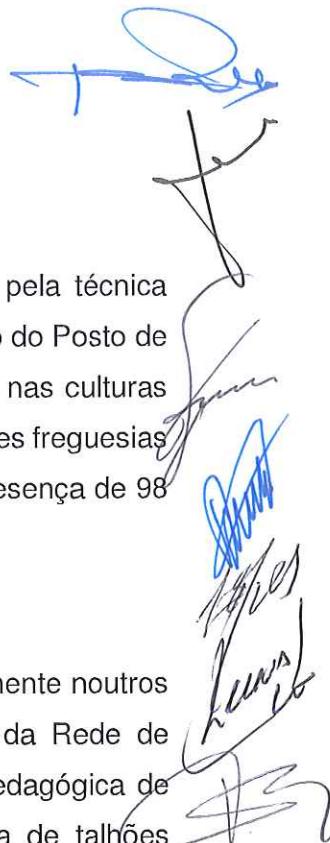
A equipa de sapadores florestais ESF 27-115, afeta ao Município, teve no ano de 2018, 230 dias de serviço efetivo, dos quais 120 foram destinados ao serviço normal e 110 ao serviço público.

Entende-se por serviço público todas as ações de Apoio ao Combate a Incêndios Florestais, 1.^a Intervenção em Incêndios Florestais, Rescaldo, Vigilância Pós-Rescaldo, Vigilância em caso de alerta durante o período crítico, Formação, e Ações de Silvicultura realizadas em terrenos sob a cogestão do Estado. Também o trabalho prestado enquanto agentes de proteção civil é contabilizado como serviço público.

No que diz respeito ao serviço normal, a prestação da equipa encontra-se descrita no quadro abaixo.

Serviço normal da esf 27-115

Ação	Total
Silvicultura – faixas de gestão de combustível da rede secundária, correção de densidades excessivas e desramação	13,92 ha
Recolha e queima de resíduos	27,42 ha
Sinalização e vigilância da Zona de Caça Municipal	25 dias



Zona de Caça Municipal

A Zona de Caça Municipal (ZCM), com o processo n.º 2584-ICNF, é gerida pela técnica responsável pelo GTF. No ano de 2018, destacam-se neste setor a manutenção do Posto de Criação de Perdizes; as ações de avaliação de prejuízos causados pelo javali nas culturas agrícolas, que no ano de 2018, perfizeram um total de 27 avaliações nas diferentes freguesias do concelho; e a realização da habitual montaria ao javali que contou com a presença de 98 caçadores.

Outras Atividades

Para além das atividades supra mencionadas o SMPC participa também ativamente noutras projetos de interesse para o Município, tal como a limpeza e manutenção da Rede de Percursos Pedestres; acompanhamento do projeto da Horta Comunitária e Pedagógica de Mondim de Basto com a atualização permanente dos usufrutuários, entrega de talhões abandonados e limpeza do espaço; análise e realização de informações técnicas do Projeto de Execução “Linha Carrapatelo – Vila Pouca de Aguiar, a 220/400 kV, troço entre a subestação do Carrapatelo e a Subestação de Ribeira de Pena” e ainda acompanhamento dos pedidos de Regularização Extraordinária de 12 pedreiras, ao abrigo das disposições constantes no Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, através de realização de informações técnicas e participação nas Conferências Decisórias nas instalações da Direção Geral de Energia e Geologia, no Porto.

3 RESUMO dos Aspetos mais Relevantes do Exercício de 2018

Neste ponto apresenta-se um resumo dos aspetos mais relevantes da prestação de contas, que se encontram detalhados e explicados ao longo do relatório.

1. No ano 2018 o orçamento inicial do município foi de 11 258 457,22 €, assim distribuído:

- Receitas correntes no valor de 7 825 597,83€;
- Receitas de capital no valor de 3 431 859,39 €;

Ao longo do ano 2018, o orçamento municipal teve um acréscimo total de 1.782.423,65€ resultante da incorporação do saldo da gerência de 2017, no valor de 1 105 856,88 €, e da incorporação de montantes aprovados em candidaturas cofinanciadas, no valor de 676 566,77 €. Paralelamente, sofreu uma redução no montante de 2 548 799,75 € fixando-se o orçamento final em 10 492 081,12€

2. As receitas arrecadadas pelo município em 2018 ascenderam a 9 477 581,60 €, sendo:
receitas correntes = 7 784 875,23 €;

receitas de capital = 582 428,66 €;

outras receitas, incluindo saldo da gerência anterior = 1 110 277,80 €.

3. Principais fontes de receita:

Quadro 1 Principais fontes de receita

Fontes de receita	Receita Cobrada	Peso
Impostos diretos	678 792,57 €	7,16%
Impostos indiretos	1 054,75 €	0,01%
Taxas, multas e outras penalidades	92 886,49 €	0,98%
Rendimentos de propriedade	284 525,53 €	3,00%



Transferências correntes	6 202 683,17 €	65,45%
Venda de bens e serviços correntes	511 322,71 €	5,40%
Outras receitas correntes	13 610,01 €	0,14%
Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00%
Transferências de capital	582 428,66 €	6,15%
Outras receitas	4 420,92 €	0,05%
Saldo gerência anterior	1 105 856,88 €	11,67%
TOTAL	9 477 581,69 €	100,00%

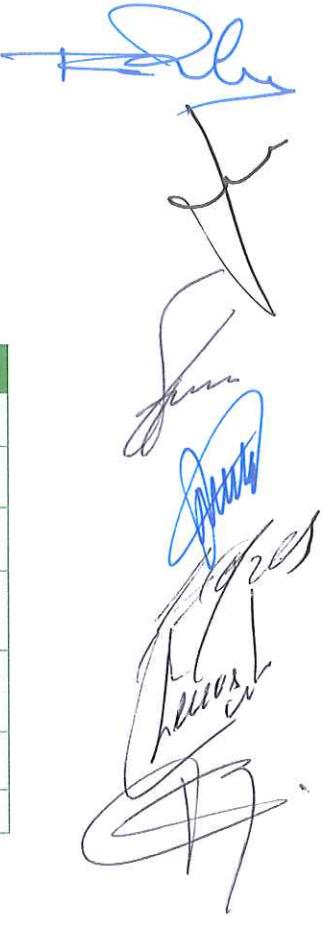
FONTE: Mapa de execução da receita (€)

4. Principais agregados da despesa

Quadro 2: Principais agregados da despesa

Rubrica da despesa	Despesa paga	Peso
Despesas com o Pessoal	2 850 395,72 €	32%
Aquisição de bens e serviços correntes	2 126 304,59 €	24%
Juros e outros encargos	105 570,40 €	1%
Transferências correntes e subsídios	676 561,80 €	8%
Amortizações	1 601 407,90 €	18%
Transferências de capital	66 692,48 €	1%
Ativos Financeiros	46 529,26 €	1%
Investimento	1 320 190,20 €	15%
Outras despesas	97 119,93 €	1%
Total	8 890 772,28 €	100%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)


5. Dívidas a Terceiros

Quadro 3: Composição da dívida a terceiros

Descrição	2018
Fornecedores C/c	118 907,11
Fornecedores de Imobilizado	128 919,39
Outras dívidas de curto prazo	123 888,78
Empréstimos de curto prazo (amortizações a pagar no ano 2018)	1 606 305,83
Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir de 2019)	4 526 791,50
Outras dívidas de m/l prazo	50 061,63
Total da Dívida	6 554 874,24

Fonte: Balanço (€)

6. Situação da dívida total face ao limite legal, nos termos da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Quadro 4: Valor da dívida total face ao limite legal

Entidades	Dívida Total em 31/12/2018	Limite do Município em 2018	Situação face ao limite	Valor da margem
Município de Mondim de Basto	6 554 874,24	11 030 030,20	Margem	4 475 155,96

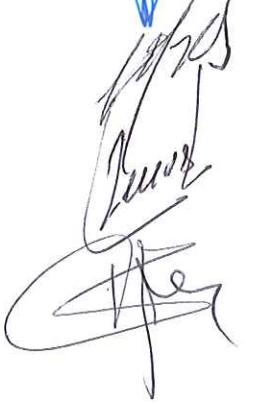
Fonte: DGAL e elaboração própria (€)

7 O saldo de gerência que transita de 2018 para 2019 é de 943 929,74 €, sendo:

- Saldo de operações orçamentais: 586 809,41 €;
- Saldo de operações de tesouraria: 357 120,33 €.

8. Prazo médio de pagamento

De acordo com a informação disponibilizada pela DGAL, o prazo médio de pagamento no quarto trimestre de 2018 era de 9 dias.

- 
- 
- 
- 
- 
- 9. O resultado operacional do exercício de 2018 é positivo, no valor 50 894,81 €.
 - 10. O resultado financeiro do exercício de 2018 é positivo, no valor de 182 296,84 €.
 - 11. O resultado extraordinário do exercício de 2018 é positivo, no valor de 633 921,58 €.
 - 12. A contabilização dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários importa num resultado líquido positivo, no valor de 867 113,23 €.

4 Finanças Municipais

4.1 Análise Orçamental

4.1.1 Análise do Orçamento

No ano 2018, o nível de execução da despesa total foi de 85% e a taxa de execução da receita total foi de 90%, considerando que a taxa de execução da receita se refere à taxa de cobrança líquida e a taxa de execução da despesa corresponde o rácio da despesa paga sobre a despesa prevista.

Quadro 5: Execução do orçamento no ano financeiro de 2018

Designação	Orçamento		Execução		Desvio	Taxa de Execução
	Inicial (a)	Final (b)	(c)	(b) – (a)		
Saldo de Gerência Anterior		1 105 856,88				
Receitas	11 258 457,22	10 495 502,04	9 477 581,69	-762 955,18	-1 017 920,35	90%
Correntes	7 825 597,83	7 745 315,02	7 784 875,23	-80 282,81	39 560,21	101%
Capital	3 431 859,39	1 639 909,22	582 428,66	-1 791 950,17	-1 057 480,56	36%
Outras receitas	1 000,00	1 110 277,80	1 110 277,80	1 109 277,80	0,00	100%
Despesas	11 258 457,22	10 492 081,12	8 890 772,28	-766 376,10	-1 601 308,84	85%
Correntes	6 206 840,21	6 417 006,58	5 759 006,56	210 166,37	-658 000,02	90%
Capital	5 051 617,01	4 075 074,54	3 131 765,72	-976 542,47	-943 308,82	77%

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa (€)

A receita total auferida em 2018 ascendeu a 9 477 581,69€.

A receita corrente fixou-se em 7 784 875,23€ tendo-se situado acima do valor previsto em 39 560,21€, o que significa uma taxa de execução de 101%.

A receita de capital foi de 582 428,66€ e ficou abaixo do previsto em 1 057 480 ,56€, o que significa uma taxa de execução de 36%.

Comparando os valores de execução do ano 2018 com o ano de 2017, verifica-se que os valores da receita e da despesa de 2018 foram inferiores aos de 2017, em respetivamente 6% e 1%, tal como se verifica no quadro seguinte.

Quadro 6: Evolução da execução orçamental (2014-2018)

Designação	Execução 2014	Execução 2015	Execução 2016	Execução 2017	Execução 2018	Variância (2017-2018)
Receitas	8 357 744,98	9 701 878,03	9 398 917,51	10 087 717,00	9 477 581,69	-6%
Despesas	7 220 717,90	8 754 085,93	8 434 946,04	8 981 860,12	8 890 772,28	-1%

FONTE: Mapas de execução da receita e da despesa (€)

4.1.2 Modificações ao Orçamento Inicial

Durante o ano 2018 efetuaram-se 2 revisões, 16 alterações ao orçamento da despesa, 4 alterações ao orçamento da receita, 12 alterações ao Plano Plurianual de Investimentos e 10 alterações ao Plano de Atividades Municipal.

O quadro abaixo reflete o incremento financeiro resultado das modificações orçamentais efetuadas ao orçamento inicial de 2018, incluindo a utilização do saldo da gerência anterior.

Quadro 7: Modificações Orçamentais

Descrição	Dotação Inicial	Modificações		Dotação Final
		Reforços	Reduções	
Despesas Correntes	6 206 840,21	935 627,65	725 461,28	6 417 006,58
Despesas de Capital	5 051 617,01	2 006 029,35	2 982 571,82	4 075 074,54
TOTAL	11 258 457,22	2 941 657,00	3 708 033,10	10 492 081,12

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

4.1.3 Resumo dos Movimentos Financeiros da Gerência de 2018

Em 2018 o montante de entrada de fluxos foi de 8 937 979,78 €, distribuídos por:

- Receitas orçamentais, no valor de 8 371 724,97 €;
- Entradas de fundos por operações de tesouraria¹, no valor de 566 254,97 €.

¹ São consideradas operações de tesouraria as cobranças realizadas, destinadas a terceiros.

Quadro 8: Resumo da Conta de Gerência de 2018

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2017	1 105 856,88	348 704,84	1 454 561,72
(2) Receitas arrecadadas 2018	8 371 724,81	566 254,97	8 937 979,78
(3) Despesas realizadas 2018	8 890 772,28	557 839,48	9 448 611,76
Saldo a transitar para 2019 (1+2-3)	586 809,41	357 120,33	943 929,74

FONTE: Mapa Resumo de Fluxos de Caixa (€)

O valor do saldo transitado de 2017, ao nível das operações de tesouraria, foi 348 704,84 € e o saldo final de operações de tesouraria que transita para 2019 é 357 120, 33€.

Por sua vez, o valor do saldo transitado de 2017, ao nível das operações orçamentais, foi de 1 105 856,88€ e o saldo final que transita para 2019 é de 586 809,41€.

4.2 Análise da Receita

A receita arrecadada pelo município durante o ano 2018 (sem considerar o valor do saldo de gerência introduzido por revisão orçamental) totaliza 8 371 724,81 €, sendo:

Receita corrente: 7 784 875,23 €;

Receita de capital: 582 428,66 €

Outras receitas: 4 420,92 €

O quadro n.º 9 compara os valores da receita previsional com os valores da receita cobrada e o quadro n.º 10 mostra a evolução da receita ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 9: Previsão/execução da receita total

	Orçamento inicial		Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de exec.
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Impostos Diretos	681 981,04	6%	681 981,04	6%	678 792,57	7%	-3 188,47	0%	100%
Impostos Indiretos	1 714,41	0%	1 714,41	0%	1 054,75	0%	-659,66	-38%	62%
Taxas, multas e outras penali.	90 972,81	1%	90 972,81	1%	92 886,49	1%	1 913,68	2%	102%
Rendimentos de propriedade	261 584,30	2%	261 684,30	2%	284 525,53	3%	22 841,23	9%	109%
Transferências correntes	6 331 863,55	56%	6 251 480,74	60%	6 202 683,17	65%	-48 797,57	-1%	99%
Venda de bens e serviços correntes	429 186,72	4%	429 186,72	4%	511 322,71	5%	82 135,99	19%	119%
Outras receitas correntes	28 295,00	0%	28 295,00	0%	13 610,01	0%	-14 684,99	-52%	48%
Receitas Correntes	7 825 597,83	70%	7 745 315,02	74%	7 784 875,23	82%	39 560,21	1%	101%
Venda de bens de investimento	250,00	0%	250,00	0%	0,00	0%	-250,00	-100%	0%
Transferências de capital	3 431 506,39	30%	1 639 559,22	16%	582 428,66	6%	-1 057 130,56	-64%	36%
Passivos Financeiros	100,00		100,00		0,00				
Receitas de capital	3 431 756,39	30%	1 639 909,22	16%	582 428,66	6%	-1 057 480,56	-64%	36%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	0%	1 000,00	0%	4 420,92	0%	3 420,92	342%	442%
Saldo Gerência Anterior	0,00	0%	1 105 856,88	11%	1 105 856,88	12%	0,00	0%	100%
	11 258 454,22	100%	10 492 081,12	100%	9 477 581,69	100%	-1 014 499,43	-10%	90%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

Quadro 10: Evolução das receitas no período 2014-2018

COD.	Designação	2014		2015		2016		2017		2018	
		Executado	%								
01	Impostos diretos	671 305,27	8%	741 389,75	8%	640 222,96	7%	706 468,70	7%	678 792,57	7%
02	Impostos indiretos	1 253,25	0%	1 423,69	0%	1 753,08	0%	1 579,04	0%	1 054,75	0%
04	Taxas, multas e outras penalidades	103 619,92	1%	72 698,74	1%	92 784,20	1%	84 142,95	1%	92 886,49	1%
05	Rendimentos da propriedade	267 887,14	3%	265 711,68	3%	263 797,85	3%	258 381,45	3%	284 525,53	3%
06	Transferências Correntes	5 349 612,51	64%	5 873 721,77	61%	5 738 547,94	61%	5 954 437,26	59%	6 202 683,17	65%
	Privadas	0,00	0%	422 036,67	4%	301 225,00	3%	289 387,47	3%	232 500,41	2%
	Companhia de seguros	0,00	0%	4 547,08	0%	10 405,09	0%	6 229,75	0%	32 908,70	0%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4 458 401,86	53%	4 661 074,12	48%	4 729 147,00	50%	4 887 391,51	48%	4 961 457,60	52%
	Fundo Social Municipal	174 081,00	2%	244 617,00	3%	244 617,00	3%	244 617,00	2%	244 617,00	3%
	Participação no IRS	79 427,00	1%	110 616,00	1%	106 619,00	1%	97 523,00	1%	102 917,00	1%
	Outras Transferências	554 069,51	7%	278 236,16	3%	225 980,54	2%	162 779,55	2%	477 848,67	5%
	Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	14 206,33	0%	96 449,29	1%	27 063,62	0%	158 673,23	2%	67 200,68	1%
	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	69 426,01	1%	55 771,85	1%	93 490,69	1%	107 835,75	1%	83 233,11	1%
07	Venda de bens e serviços correntes	359 150,02	4%	396 076,56	4%	420 966,74	4%	446 572,40	4%	511 322,71	5%

08	Outras receitas correntes	18 398,80	0%	41 584,42	0%	13 830,34	0%	43 968,88	0%	13 610,01	0%
	Total Receita Corrente	6 771 226,91	81%	7 392 606,61	76%	7 171 903,11	76%	7 495 550,68	74%	7 784 875,23	82%
09	Venda de bens de Investimento	4 750,00	0%	2 680,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
10	Transferências de Capital	850 604,01	10%	1 014 239,84	10%	903 571,99	10%	1 222 468,40	12%	582 428,66	6%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	495 349,00	6%	518 265,00	5%	525 461,00	6%	542 501,00	5%	550 612,00	6%
	Outras Transferências	235 830,00	3%	23 588,00	0%	13 005,00	0%	566 851,51	6%	0,00	0%
	Estado - Participação comunitária em projetos co-financiados	119 425,01	1%	472 386,84	5%	365 105,99	4%	113 115,89	1%	31 816,66	0%
12	Passivos Financeiros	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
	Total Receita Capital	855 354,01	83%	1 016 919,84	81%	903 571,99	80%	1 222 468,40	76%	582 428,66	83%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	126,16	0%	1 439,54	0%	22 401,50	0%	10 340,06	0%	4 420,92	0%
16	Saldo da Gerência Anterior	731 037,00	9%	1 290 912,04	13%	1 301 040,91	14%	1 359 357,86	13%	1 105 856,88	12%
	Total Outras Receitas	731 163,16	19%	1 292 351,58	24%	1 323 442,41	24%	1 369 697,92	26%	1 110 277,80	18%
	Total Geral	8 357 744,08	100%	9 701 878,03	100%	9 398 917,51	100%	10 087 717,00	100%	9 477 581,69	100%

FONTE: Mapas de execução da receita (€)

- Em 2018, a receita total diminuiu 6% em relação a 2017.
- Em 2018, a receita corrente aumentou 3,86% em relação a 2017.
- Em 2018, a receita de capital diminuiu 52% em relação a 2017.



A receita corrente representa 93% do total da receita (expurgado o valor do saldo da gerência anterior). O quadro n.º 11 evidencia a execução, através das rubricas que constituem a fonte deste tipo de receita. A taxa de execução da receita corrente foi de 101%.

Quadro 11: Execução da receita corrente

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Impostos diretos	681 981,04	9%	678 792,57	9%	-3 188,47	0%	99,53%
Impostos indiretos	1 714,41	0%	1 054,75	0%	-659,66	-38%	61,52%
Taxas, multas e outras penalidades	90 972,81	1%	92 886,49	1%	1 913,68	2%	102,10%
Rendimentos da propriedade	261 584,30	3%	284 525,53	4%	22 941,23	9%	108,77%
Transferências correntes	6 251 480,74	81%	6 202 683,17	80%	-48 797,57	-1%	99,22%
Venda de bens e serviços correntes	429 186,72	6%	511 322,71	7%	82 135,99	19%	119,14%
Outras receitas correntes	28 295,00	0%	13 610,01	0%	-14 684,99	-52%	48,10%
Total	7 745 215,02 €	100%	7 784 875,23 €	100%	39 660,21 €	1%	101%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

Os impostos diretos fixaram-se em 678 792,57€, significam 9% da receita corrente arrecada e apresentam uma taxa de execução de 99,53%.

No caso concreto do Imposto Municipal sobre Imóveis, este cifrou-se em 460 283,14€, o que equivale a uma diminuição de 9% em relação ao ano anterior, ou seja, uma diminuição de 44 699,34 €.

No que se refere à rubrica “vendas de bens e serviços correntes”, esta registou uma taxa de execução de 119%, sendo que para o efeito contribuíram com elevada importância os valores arrecadados de água, saneamento e resíduos urbanos, cuja evolução figura no quadro n.º 12.

Quadro 12: Receita de água, saneamento e resíduos urbanos

	2016	2017	2018	Variação (2017/2018)
Água	131 149,44	151 503,97	192 574,75	27%
Saneamento	26 624,08	31 531,52	48 537,87	54%
Resíduos	120 646,43	126 152,02	124 508,71	-1%
Total	278 419,95 €	309 187,51 €	365 621,33 €	18%

Fonte: Mapa da execução da receita (€)

4.2.1 Receitas Fiscais

As receitas fiscais foram de 772 733,81€ e diminuíram 2% em relação ao ano 2017, tal como espelha o mapa seguinte.

Quadro 13: Evolução da execução da receita fiscal

Receita Fiscal	2014		2015		2016		2017		2018	
	Executado	%								
Impostos diretos	671 305,27	86%	741 389,75	91%	640 222,96	87%	706 468,70	89%	678 792,57	88%
Impostos indiretos	1 253,25	0%	1 423,69	0%	1 753,08	0%	1 579,04	0%	1 054,75	0%
Taxas, multas e outras penalidades	103 619,92	13%	72 698,74	9%	92 784,20	13%	84 142,95	11%	92 886,49	12%
Total	776 178,44	100%	815 512,18	100%	734 760,24	100%	792 190,69	100%	772 733,81	100%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

4.2.2 Receitas Próprias

O valor das receitas próprias de 2018 foi superior ao de 2017 e fixou-se em 1 586 612,98 €, representando 17 % do montante da receita global. As rubricas de impostos diretos, venda de bens e serviços correntes e rendimentos da propriedade foram as que tiveram maior relevância para o total da receita alcançada.

Quadro 14: Estrutura da receita própria 2018

Receita Própria	Execução	Peso (%)	(%) 1
Impostos diretos	678 792,57	43%	7%
Impostos indiretos	1 054,75	0%	0%
Taxas, multas e outras penalidades	92 886,49	6%	1%
Rendimentos da propriedade	284 525,53	18%	3%
Venda de bens e serviços correntes	511 322,71	32%	5%
Outras Receitas Correntes	13 610,01	1%	0%
Venda de bens de Investimento	0,00	0%	0%
Outras receitas de capital	0,00		0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	4 420,92	0%	0%
Total	1 586 612,98	100%	17%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)/(1) Relativamente à receita total, excluindo saldo da gerência anterior

Um dos indicadores mais utilizado para aferir o grau de independência financeira das autarquias é o rácio receitas próprias sobre receitas totais, ou seja, o grau de cobertura da receita total pela receita própria. Considera-se que tal independência existe se este rácio for superior a 50%, ou seja se as receitas próprias representarem pelo menos metade das receitas totais. Neste sentido, o quadro n.º 14 evidencia que o município não cumpre com o rácio em causa.

Quadro 15: Receita própria/receita total

Descrição		2018
Receita própria		1 586 612,98
Receita total		9 477 581,69
Peso		17%

Receita própria (engloba as rubricas 01+02+04+05+07+08+09+13+15) (€)

4.2.3 Receita de Capital

No que respeita à receita de capital, esta registou uma execução de 36%, tendo-se comportado da forma que consta no quadro seguinte.

Quadro 16: Execução da receita de capital

Designação	Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de Execução (%)
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens de Investimento	250,00	0%	0,00	0%	-250,00	0%	0%
Transferências de Capital	1 639 559,22	100%	582 428,66	100%	-1 057 130,56	-64%	36%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	550 612,00	34%	550 612,00	95%	0,00	0%	100%
Outros	161 257,77	10%	0,00	0%	-161 257,77	-100%	0%
Participações Comunitária em Projetos Co-financiados	927 689,45	57%	31 816,66	5%	-895 872,79	-97%	3%
Total	1 639 809,22	100%	582 428,66	100%	-1 057 380,56	-64%	36%

FONTE: Mapa de execução da receita (€)

Os principais desvios ocorreram na sub rubrica “Projetos co-financiados”, o que significa que não foram executados financeiramente os montantes de investimento previstos no orçamento.

Por consequência, a verba prevista receber na rubrica “outras” respeita, essencialmente, a montantes previstos no Protocolo com a EDP, pelo que não tendo ocorrido os investimentos previstos, não houve lugar ao recebimento das verbas nele inseridas.

4.2.4 Transferências Correntes e de Capital

As transferências totais recebidas em 2018 ascenderam a 6 785 111,83 €, representando 72% da receita total arrecadada pelo município neste ano.

O valor recebido de transferências correntes em 2018 foi de 6 202 683,17 €, correspondente a 80% do total da receita corrente arrecadada.

O quadro seguinte mostra a composição da rubrica da receita de transferências.

Quadro 17: Estrutura da receita proveniente de transferências

Descrição	Transferências correntes	% (a)	Transferências de Capital	% (b)	Total	% (c)
Orçamento de Estado						
Fundos Municipais (FEF+FSM+IRS)	5 308 991,60	68%	550 612,00	95%	5 859 603,60	62%
OE-Outras	477 848,67	6%	0,00	0%	477 848,67	5%
Serviços e Fundos Autónomos	83 233,11	1%	0,00	0%	83 233,11	1%
Participação Comunitária-projetos co-financiados	67 200,68	1%	31 816,66	5%	99 017,34	1%
Outras (parques eólicos, companhias de seguros...)	265 409,11	3%	0,0	0%	265 409,11	3%
Total	6 202 683,17	80%	582 428,66	100%	6 785 111,83	72%

(a) relativamente à receita corrente; (b) relativamente à receita de capital; c) relativamente à receita total, excluindo saldo da gerência anterior

O valor das transferências recebidas diminuiu cerca de 5% em relação a 2017, significando uma diferença em cerca de 391 793,83€.

Os Fundos Municipais (FEF+FSM+IRS) importam em 5 859 603,60€, valor que corresponde a 62% da receita total arrecadada. Daquele valor, 5 308 991,60€ corresponde a receita corrente.

As restantes transferências provenientes do Orçamento de Estado ascenderam a 477 848,67 € e representam 5% da receita total recebida. Incluem-se nesta rubrica as seguintes transferências:

- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares no valor de 299 450,50 € (relativo a educação pré-escolar- componente de apoio à família e assistentes operacionais-, atividades de enriquecimento curricular e programa de generalização ao fornecimento de refeições);
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, no valor de 11 849,52 €;



- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (Fundo Florestal Permanente), no valor de 80 250,00 €, relativo a funcionamento da Equipa de Sapadores (40 000, 0€), pagamento de horas extraordinárias dos sapadores florestais, relativas ao ano 2017 (12 376,00€) e comparticipação do Gabinete Técnico Florestal (27 874,28€, relativo aos anos 2017 e 2018);
- Turismo do Porto e Norte - comparticipação do evento Volta a Portugal em Bicicleta, no valor de 50.000,00 €
- Instituto da Segurança Social – Comparticipação PEPAL, no valor de 28.615,37 €;
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres - rede de transportes, no valor de 7.683,00 €;

O valor das transferências de Fundos e Serviços Autónomos foi de 83 233,11 €, respeitante às comparticipações do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) relativas a projetos do município no âmbito dos Programas de Emprego e Inserção Profissional, nomeadamente aos contratos de “Emprego Inserção +”, “Emprego Inserção” tendo sido contemplado um total de 39 beneficiários durante 2018.

Ainda no que concerne às transferências correntes por parte de entidade privadas destacam-se as transferências da EDP, no valor de 279.550,53 €, a título das rendas de concessão.

Relativamente à comparticipação comunitária que consta no quadro, especificamente ao nível da receita corrente, a mesma respeita aos seguintes projetos:

- Mondim de Basto - Um Destino por Natureza: 11 134,57 €
- Mondim Digital GOV – 28 705,56 €
- Mondim Coopera - 27 360,55 €

Por outro lado, as transferências de capital relativas a comparticipações comunitárias de projetos de investimento co-financiados, cifram-se em 31 816,66 € e dizem respeito aos seguintes projetos:

- Mondim de Basto - Um Destino por Natureza - 26.137,50 euros
- Mondim Coopera – 5 679,16 euros



As restantes transferências previstas no quadro referem-se, essencialmente, a:

- Parque Eólico de Gevancas, SA (Parque Eólico Alto do Marco): 85.567,22 €
- Parque Eólico do Outeiro, SA: 50.888,84 €
- Eólica da Fraga S.A (parque eólico Gevancas II): 52.942,12 €
- Eólica do Velão, SA: 43.102,23 €

No total, a receita dos parques eólicos importou em 232 500,41 €.

4.3 Análise da Despesa

O valor da despesa total paga em 2018 foi de 8 890 772,28€, distribuída por:

Despesa corrente: 5 759 006,56 €;

Despesa de capital: 3 131 765,72 €.

4.3.1 Análise global da despesa

Em 2018, a despesa total registou um desvio de 15% em relação à despesa final orçamentada, significando uma taxa de execução de 85%.

A despesa corrente registou uma taxa de execução de 90% e a despesa de capital uma taxa de execução de 77% em relação à versão final do orçamento.

Refira-se que o orçamento final da receita e da despesa foi alvo de uma revisão orçamental realizada no último trimestre de 2018 que teve por objetivo rever em baixa os valores da receita prevista, uma vez que existiam obras inscritas em Plano Plurianual de Investimentos e atividades previstas no Plano de Atividades, que não viriam a ser executadas em 2018 ou o seriam em valores inferiores aos previstos inicialmente. Nesta operação, as rubricas que sofreram o corte foram:

- Requalificação e Modernização da Instalações da Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto, no valor de 2 243 427,50€;
- Casa da Cultura de Mondim de Basto, no valor de 82 319,23 €;
- Fiscalização da Escola, no valor de 60 301,00€;
- Eficiência Energética do Edifício da Habitação Social, no valor de 84 121,42€;
- Bienal do Granito, no valor de 78 630,60€

O quadro abaixo expõe a despesa orçamentada e executada de acordo com a classificação económica, demonstrando o desvio verificado entre os valores da despesa prevista e da despesa paga.

Quadro 18: Previsão/execução da despesa - 2018

Designação	Orçamento inicial		Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
DESPESAS CORRENTES									
01 Despesas com pessoal	2 942 118,70	26%	2 948 375,37	28%	2 850 395,72	32%	-97 979,65	-3%	97%
02 Aquisição de bens e serviços	2 462 458,85	22%	2 604 490,47	25%	2 126 304,59	24%	-478 185,88	-18%	82%
03 Juros e outros encargos	105 500,00	1%	121 000,00	1%	105 570,40	1%	-15 429,60	-13%	87%
04 Transferências correntes	675 962,86	6%	721 840,74	7%	660 539,80	7%	-61 300,94	-8%	92%
05 Subsídios	17 700,00	0%	17 700,00	0%	16 022,00	0%	-1 678,00	-9%	91%
06 Outras Despesas Correntes	3 100,00	0%	3 600,00	0%	174,05	0%	-3 425,95	-95%	5%
Total Despesa Corrente	6 206 840,41	55%	6 417 006,58	61%	5 759 006,56	65%	-658 000,02	-10%	90%
DESPESAS DE CAPITAL									
07 Aquisição de bens de capital	3 355 682,89	30%	2 211 366,07	21%	1 320 190,20	15%	-891 175,87	-40%	60%
08 Transferências de capital	20 242,48	0%	78 419,79	1%	66 692,48	1%	-11 727,31	-15%	85%
09 Activos financeiros	62 039,00	1%	46 529,26	0%	46 529,26	1%	0,00	0%	100%
10 Passivos financeiros	1 611 552,64	45%	1 605 552,57	15%	1 601 407,90	18%	-4 144,67	0%	100%
11 Outras Despesas de Capital	2 100,00	0%	133 206,85	1%	96 945,88	1%	-36 260,97	-27%	73%
Total Despesa Capital	5 051 617,01	45%	4 075 074,54	39%	3 131 765,72	35%	-943 308,82	-23%	77%
Total Geral	11 258 457,42	100%	10 492 081,12	100%	8 890 772,28	100%	-1 601 308,84	-15%	85%

FONTE: Mapa de execução despesa (€)

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos 5 anos

Quadro 19: Evolução da despesa paga 2014-2018

Designação	2014		2015		2016		2017		2018		201 7/20 18
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	
Despesa Corrente											
01 Despesas com Pessoal	2 644 867,64	30%	2 660 651,39	32%	2 519 756,82	30%	2 632 345,42	29%	2 850 395,72	32%	8%
02 Aquisição de bens e serviços	1 776 262,67	20%	2 112 107,34	25%	2 031 122,45	24%	2 019 168,89	22%	2 126 304,59	24%	5%
03 Juros e outros encargos	272 548,54	3%	218 739,05	3%	171 497,77	2%	103 152,08	1%	105 570,40	1%	2%
04 Transferências correntes	310 929,05	4%	539 221,53	6%	602 250,49	7%	713 712,30	8%	660 539,80	7%	-7%
05 Subsídios	11 784,00	0%	17 816,50	0%	14 340,96	0%	16 905,65	0%	16 022,00	0%	-5%
06 Outras Despesas Correntes	35 990,57	0%	19 166,86	0%	966,59	0%	654,21	0%	174,05	0%	73%
Total Despesa Corrente	5 052 382,47	58%	5 567 702,67	66%	5 339 935,08	59%	5 485 938,55	61%	5 759 006,56	65%	5%
Despesa de Capital											
07 Aquisição de bens de capital	666 546,82	8%	1 492 487,05	18%	1 288 449,86	15%	1 642 295,31	18%	1 320 190,20	15%	-20%
08 Transferências de capital	50 967,87	1%	161 641,40	2%	209 943,41	2%	207 754,72	2%	66 692,48	1%	-68%
09 Ativos Financeiro	0,00	0%	62 039,00	1%	62 039,00	1%	62 039,00	1%	46 529,26	1%	
10 Passivos financeiros	1 450 820,64	17%	1 491 236,42	18%	1 526 058,40	18%	1 582 633,29	18%	1 601 407,90	18%	1%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	0%	8 979,39	0%	8 520,29	0%	1 199,25	0%	96 945,88	1%	
Total Despesa Capital	2 168 335,33	25%	3 216 383,26	38%	3 095 010,96	37%	3 495 921,57	39%	3 131 765,72	35%	-10%
Total Geral	7 220 717,80	82%	8 784 085,93	104%	8 434 946,04	100%	8 981 860,12	100 %	8 890 772,28	100 %	-1%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

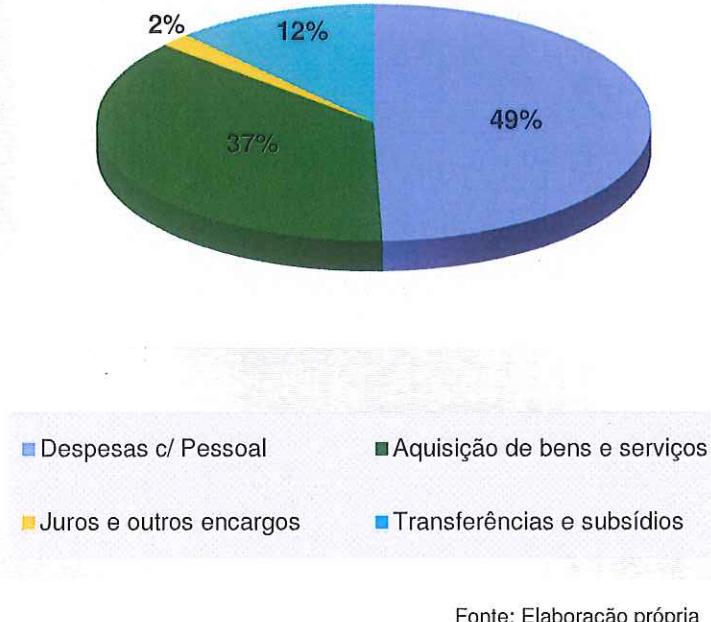
Em 2018 a despesa total paga manteve-se praticamente inalterada, face a 2017.

A despesa corrente aumentou 273 068,01€ o que significa que o município gastou mais 5% em funcionamento do que em 2017.

As despesas de capital sofreram uma diminuição de 364 155,85€ face ao ano anterior, o que significa uma diminuição de 10%.

Relativamente à estrutura da despesa corrente, o gráfico n.º 1 traduz a sua composição.

Gráfico 1: Estrutura da Despesa Corrente



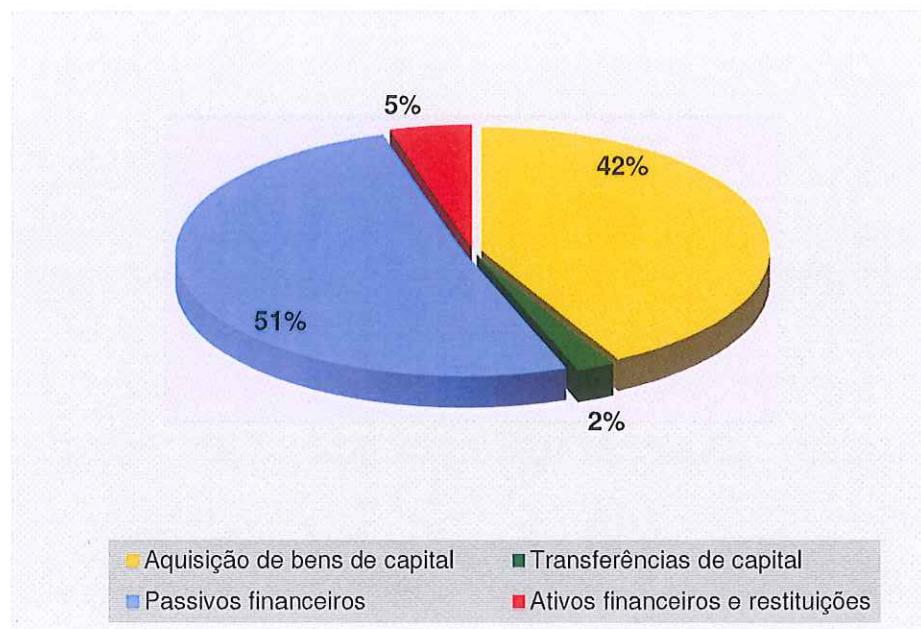
As despesas com pessoal em 2018 registaram um peso de 49% na despesa corrente.

A aquisição de bens e serviços correntes representa 37% da despesa corrente, seguida das transferências e dos juros, com pesos de 12% e 2%, respetivamente.

No que concerne às despesas de capital, tal como o gráfico n.º 2 evidencia, a rubrica dos passivos financeiros (amortizações de empréstimos) registou o maior peso no total de despesa de capital, que se cifrou em 51%, seguido da rubrica de aquisição de bens de capital (investimento), que representa cerca 42% do total da despesa de capital.

Relativamente às transferências de capital, estas representam 2% das despesas de capital pagas.

Gráfico 2: Estrutura da Despesa de Capital



Fonte: Elaboração própria

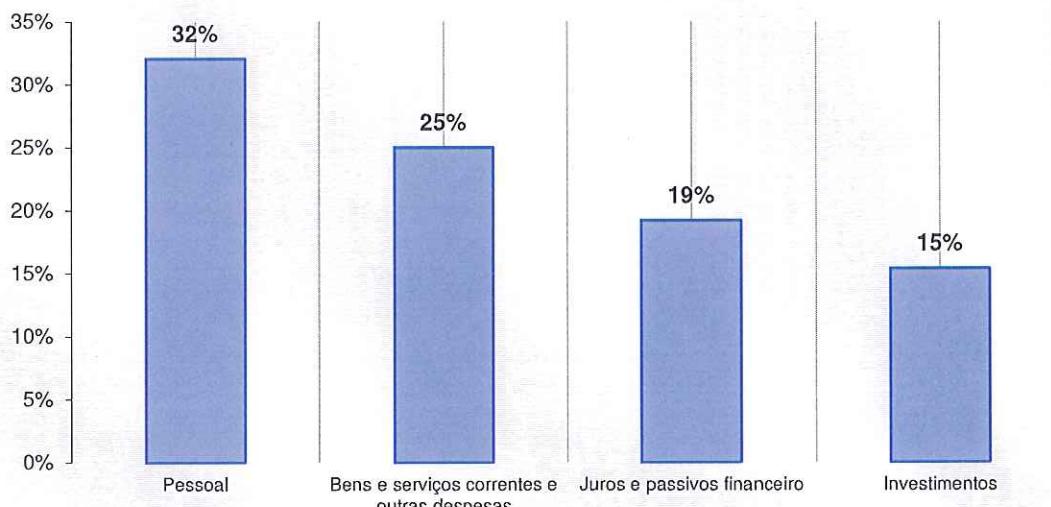
Complementarmente à informação anterior, apresenta-se em mapa e em quadro, o peso das grandes tipologia de despesa no orçamento de 2018.

Quadro 20: Grandes rubricas de despesa

Rubrica de despesa	Despesa paga	Peso
Pessoal	2 850 395,72	32%
Bens e serviços correntes e outras despesas	2 223 424,52	25%
Juros e passivos financeiro	1 706 978,30	19%
Investimentos	1 366 719,46	15%
Transferências e subsídios	743 254,28	8%
Total	8 890 772,28	100%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

Gráfico 3: Comparação das rubricas de despesa



Fonte: Elaboração própria

4.3.2 Despesas com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2018, o município contava com 141 trabalhadores ao serviço, mais 10 trabalhadores do que em 31/12/2017.

Quadro 21: Estrutura de recursos humanos em 31/12/2018

Categorias	31/12/2017	31/12/2018	Diferença
Dirigentes e dirigente equiparado	6	6	0
Assistentes Operacionais	73	78	5
Assistentes Técnicos	30	25	-5
Técnicos Superiores	22	32	10
Total	131	141	10

FONTE: Elaboração própria/Recursos Humanos

As diferenças verificadas justificam-se com os seguintes factos:

- Mobilidade de um técnico superior para o município de Fafe;

- Regresso de um assistente técnico em situação de mobilidade em organismo da Administração Central;
- Regresso de um técnico superior em situação de licença sem remuneração de longa duração (por decisão judicial);
- Aposentação de dois trabalhadores na carreira de assistente operacional;
- Contratação de nove trabalhadores ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (dois técnicos superiores e seis assistentes operacionais)ⁱ²
- Contratação de dois trabalhadores, na carreira de técnico superior;

O quadro seguinte apresenta-se a evolução das despesas pagas a pessoal nos últimos cinco anos.

ⁱ² Não relevam para aquele número os quatro sapadores florestais, uma vez que já constavam no Mapa de Pessoal do município, na modalidade de contrato de trabalho a termo incerto.

Quadro 22: Evolução das despesas com pessoal

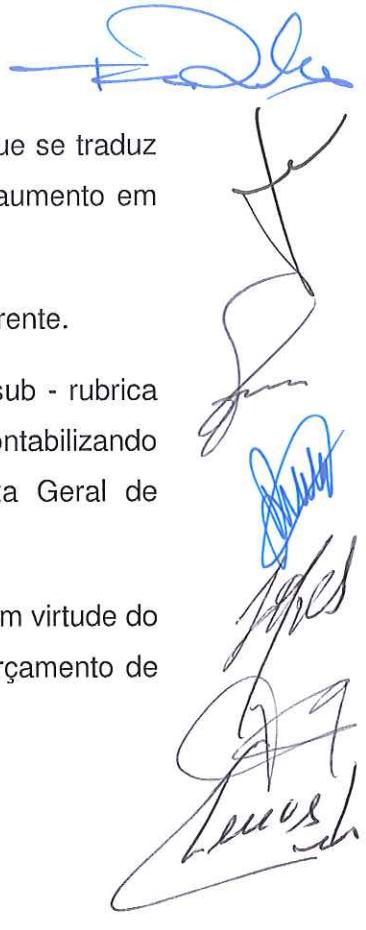
Designação	2014	2015	2016	2017	2018
Remunerações Membros Órgãos Autárquicos					
91 312,56	3%	81 693,25	3%	93 623,26	4%
60 404,49	2%	58 454,33 €	2%	61 076,70 €	2%
2 076,04	0%	2 320,28 €	0%	2 564,52 €	0%
28 832,03	1%	20 918,64 €	1%	29 982,04 €	1%
Despesas de Representação					
1 524 819,80	58%	1 490 817,06	56%	1 439 239,94	57%
1 383 164,45	52%	1 352 155,13	51%	1 321 688,22	52%
29 100,00	1%	29 100,00	1%	30 300,00	1%
Remunerações Certas e Permanentes					
Pessoal dos quadros - Regime de contrato Individual de trabalho					
1 321 912,40					
Pessoal contratado a termo					
29 364,95					
Pessoal em regime de tarefa ou avença					
0,00	0%	10 799,94	0%	38 246,48	2%
Pessoal aguardando aposentação					
8 789,00	0%	203,10	0%	1 213,92	0%
Pessoal em qualquer outra situação					
103 766,35	4%	89 941,07	3%	47 791,32	2%
Suplementos de Remunerações					
449 295,89 €	17%	470 093,95	18%	425 712,81	17%

61

Subsídio de refeição	152 690,96	6%	145 023,80	5%	132 270,12	5%	137 146,86	5%	148 180,05	5%
Subsídio de Férias e de Natal	264 371,20	10%	256 386,20	10%	254 174,57	10%	253 955,25	10%	277 659,49	10%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	18 167,86	1%	35 953,07	1%	22 227,79	1%	18 050,62	1%	24 025,52	1%
Horas extraordinárias	702,02	0%	780,91	0%	1 431,85	0%	12 775,48	0%	13 086,13	0%
Ajudas de custo	2 309,25	0%	1 369,23	0%	2 732,72	0%	4 212,11	0%	4 854,17	0%
Abono para faltas	2 065,71	0%	2 584,29	0%	2 968,20	0%	2 790,40	0%	2 643,94	0%
Outros suplementos e prémios (senhas pagas a membros da Assembleia Municipal)	8 988,89	0%	27 996,45	1%	9 907,56	0%	8 669,01	0%	11 418,30	0%
Prestações Sociais Diversas	11 548,75	0%	9 020,18	0%	8 282,38	0%	7 647,22	0%	8 762,65	0%
Subsídio familiar a criança e jovens	11 548,75	0%	9 020,18	0%	8 282,38	0%	7 647,22	0%	8 762,65	0%
Encargos sobre Remunerações	466 797,27	18%	440 082,88	17%	436 445,27	17%	461 065,38	18%	531 377,26	19%
Contribuições para a Segurança Social+ CGA	466 797,27	18%	440 082,88	17%	436 445,27	17%	461 065,38	18%	531 377,26	19%
Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	37 655,83	1%	32 211,90	1%	20 623,34	1%	47 287,22	2%	37 754,31	1%
Seguro de acidentes pessoais	37 655,83	1%	32 211,90	1%	20 623,34	1%	47 287,22	2%	37 754,31	1%
Outros Custos com Pessoal	63 437,43	2%	136 732,17	5%	95 829,82	4%	120 342,03	5%	65 754,60	2%

Encargos com a saúde	41 546,04	2%	111 224,63	4%	56 210,48	2%	80 882,31	3%	39 362,04	1%
Outros encargos com a saúde	21 891,39	1%	25 507,54	1%	39 619,34	2%	39 459,72	1%	26 392,56	1%
Total despesa com pessoal	2 644 867,53	100%	2 660 651,39	100%	2 519 756,82	100%	2 632 345,42	100%	2 850 395,72	100%
Despesa total	7 220 717,80	37%	8 784 085,93	30%	8 434 946,04	30%	8 981 860,12	29%	8 890 772,28	32%
Despesa corrente	5 052 382,47	52%	5 567 702,67	48%	5 339 935,08	47%	5 485 938,55	48%	5 759 006,56	49%

Fonte: Mapa de execução da despesa



As despesas com pessoal no ano 2018 cifram-se em 2 850 395,72€, o que se traduz num aumento de 218 050,30€ em relação ao não anterior, ou seja, um aumento em cerca de 8%.

Estas despesas representam 32% da despesa total e 49% da despesa corrente.

Para os resultados obtidos, contribuíram essencialmente o aumento da sub - rubrica "Pessoal dos Quadros", cuja despesa aumentou cerca de 171 305,87€ (contabilizando remunerações, subsídio de refeição, subsídio de férias e natal, Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social), devendo-se o aumento sobretudo a:

- Alterações de posicionamento remuneratório de 61 trabalhadores em virtude do descongelamento de carreiras, nos termos previstos na Lei de Orçamento de Estado de 2018, tendo-se aplicado a:
 - 21 técnicos superiores;
 - 17 assistentes técnicos
 - 23 assistentes operacionais;
 - 1 elemento do GAP, com opção pelo vencimento de carreira
- Contratação de 9 trabalhadores ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro;
- Contratação de 2 trabalhadores, na carreira de técnico superior;
- Regresso de 1 técnico superior da situação de licença sem remuneração, de longa duração;
- Autorização de mobilidade de 6 trabalhadores da carreira de assistente técnico para a carreira de técnico superior,
- Nomeação, em comissão de serviço, de 3 dirigentes de 2.º grau, no seguimento da reestruturação efetuada ao organograma do Município e mapa de pessoal;
- Atualização do subsídio de refeição, nos termos legais;

Paralelamente, identificam-se as seguintes situações:

- Aumento dos valores pagos em ajudas de custo e horas extraordinárias;

- Aumento dos custos com contratos de tarefa ou avença;
- Aumento dos valores pagos com remunerações dos membros dos Órgãos Autárquicos;

4.3.3 Encargos e Passivos Financeiros

O montante dos encargos com juros no ano 2018 foi de 81 586,09 €. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do peso dos encargos com juros nos últimos 5 anos.

Quadro 23: Rácio Juros/Despesa Corrente

Descrição	2014	2015	2016	2017	2018
Juros	272 548,64	218 548,64	170 307,44	100 366,69	81 586,09
Despesa corrente	5 052 382,57	5 567 702,67	5 339 935,08	5 485 938,55	5 759 006,56
Peso (%)	5%	4%	3%	2%	1,42%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

Verifica-se que a despesa com juros nos últimos cinco anos tem diminuído gradualmente, sendo que no ano 2018 o valor pago em juros representou 1,42% do montante da despesa corrente.

No que concerne ao valor pago com amortização de empréstimos, o quadro n.º 24 mostra que em 2018 o valor se cifrou em 1 589 855,26 €, o representa 51% da despesa de capital.

Quadro 24: Rácio Amortização empréstimos/despesa de capital

Descrição/ano	2014	2015	2016	2017	2018
Amortização de empréstimos	1 450 820,64	1 491 236,42	1 526 058,40	1 571 080,65	1 589 855,26
Despesa de capital	2 168 335,33	3 186 383,26	3 095 010,96	3 495 921,57	3 131 765,72
Peso (%)	67%	47%	49%	45%	51%

FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

O encargo com o serviço da dívida (juros + amortização de capital) no ano 2018 foi de 1 671 441,35 € e representou 19% da despesa total.



4.3.4 Aquisição de bens e serviços e outras despesas

No ano 2018, a despesa com a aquisição de bens e serviços correntes totalizou 2 126 304,59€ distribuída por:

- Aquisição de bens: 405 816,79 €;
- Aquisição de serviços: 1 720 487,8 €;

As tipologias de despesa que mais contribuíram para o valor pago nesta rubrica foram:

- Matérias-primas: 49 059,92 €;
- Combustíveis: 110 339,26 €;
- Alimentação - géneros para confeccionar: 80 405,51 €;
- Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos: 283 660,63 €;
- Encargos com instalações (eletricidade, gás, gasóleo de aquecimento...): 236 410,29 €;
- Conservação de bens (inclui reparação do parque de viaturas): 98 416,70 €
- Transportes (inclui os transportes escolares): 172 286,08 €
- Locação de bens: 108 656,21 €;
- Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria: 42 083,22 €;
- Outros trabalhos especializados: 221 624,8€, dos quais se destacam:
 - 70.950,00 - Volta a Portugal em bicicleta;
 - 20.690,45 - Controlo analítico da qualidade da água destinada a consumo humano;
 - 32.381,13 - Monitorização de atividade radioativa na água para consumo humano 2018
 - 25.485,60 - Aquisição de serviços de organização e realização de Encontros Empresariais/2018

4.3.6 Transferências e subsídios

O valor total das transferências e subsídios ascendem a 727 232,28 € e representam 8% da despesa total.

No quadro abaixo apresenta-se a repartição das verbas referentes a subsídios e transferências, classificadas por tipologia de entidades beneficiárias.

Quadro 25: Distribuição dos montantes de transferências e subsídios

Transferências e Subsídios	Correntes	Capital	Total
Freguesias	47 340,00	0,00	47 340,00
Associações de Municípios (ANMP+ Probasto + CIM do AVE)	29 008,79	0,00	29 008,79
Instituições sem fins Lucrativos (Cooperativa Mondim+ Social+ BVMB+ Associações Culturais e Desportivas)	443 859,64	57 692,48	501 552,12
Agrupamento Vertical de Escolas	8 000,00	0,00	8 000,00
Famílias	132 331,37	9 000,00	141 331,37
Total	660 539,80	66 692,48	727 232,28

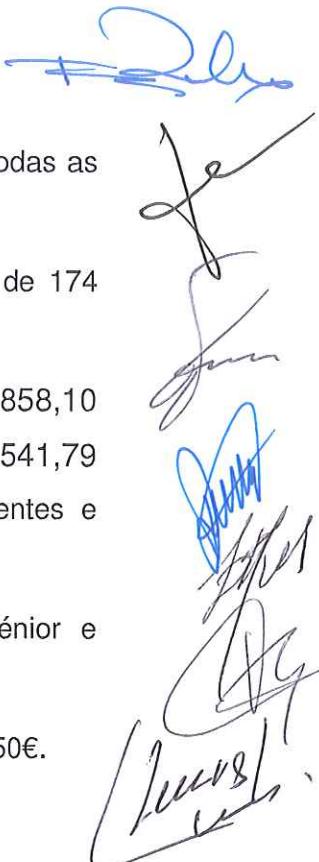
FONTE: Mapa de execução da despesa (€)

Comparando o valor dos subsídios e das transferências de 2018 com valor de 2017, verifica-se uma diminuição de 23%, ou seja, o município gastou menos 211 141,39 € com transferências para entidades terceiras.

No que se refere às transferências correntes para as freguesias, no valor de 47 340 €, estas referem-se aos contratos interadministrativos com as freguesias de Bilhó, Vilar de Ferreiros, União de Freguesias de Ermelo e Pardelhas e União de Freguesias de Campanhó e Paradança; apoios atribuídos às Freguesias de Vilar de Ferreiros e Bilhó para instalação de contadores de águas, assim como ao apoio atribuído à Freguesia do Bilhó para a realização do concurso pecuário.

As transferências registadas no grupo “associações de municípios”, respeitam ao pagamento das quotas anuais da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Probasto e ainda às transferências efetuadas para a CIM do AVE, no que respeita a:

- comparticipação de custos de funcionamento no valor de 18 702,09 €;



No grupo “Instituições sem fins lucrativos” incluem-se os apoios atribuídos a todas as associações locais, dos quais se destacam:

- Protocolos com a Cooperativa Mondim + Social, no valor total pago de 174 110,00 €;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, no valor total de 68 858,10 € que inclui o Protocolo com a Equipa de Intervenção Permanente (32 541,79 €), o apoio anual (10 000,00 €), o Protocolo de Transporte de Doentes e Abastecimento de Água (26 316,31 €)
- Apoio ao Associativismo Desportivo (Programas de Rendimento Sénior e Formação), no valor total de 45 000,00 €;
- Apoio ao Associativismo Cultural e Desportivo, no valor total de 82 357,50€.

Na rubrica “Famílias”, o maior montante, no valor de 126 881,37 €, refere-se aos pagamentos efetuados aos beneficiários dos Programas de Inserção do IEFP. No conjunto dos programas foi possível apoiar um total de 39 beneficiários.

Ainda nesta rubrica, mas em despesas de capital, foram pagos 9 000,00 €, a um conjunto de sete famílias, apoiadas no âmbito do Programa Apoio a Habitações Degradadas”.

4.3.7 Despesas de Capital - Investimentos

Em 2018, o montante das despesas de capital ascendeu a 3 131 765,72 €, tendo o investimento representado cerca de 42% daquele valor e as amortizações de capital cerca de 51%.

O investimento diminuiu 20 % em relação a 2017, ascendendo a 1 320 190,20€, consubstanciando-se em várias áreas dos quais se destacam:

- Eficiência Energética no Edifício da Habitação Social: 264 034,82€;
- Abastecimento de Água ao Concelho: 187 988,42€;
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos: 188 495,84 €;
- Transportes e comunicações (inclui Rede Periurbana e vias municipais: 332 307,60 €

4.4 Análise do Equilíbrio Orçamental

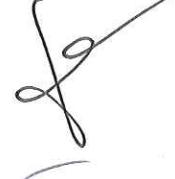
Em 2018 o cálculo do equilíbrio orçamental é o que resulta do quadro n.º 26.

Quadro 26: Equilíbrio Orçamental

2018	
Receita Corrente (a)	7 784 875,23
Despesa Corrente (b)	5 759 006,56
Média das Amortizações em 01/01/2014 c)	1 503 905,83
Equilíbrio d)=a)-b)-c)	521 962,84

Fonte: elaboração própria/ mapas de execução da receita e despesa (€)

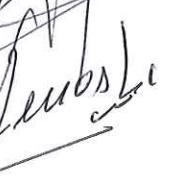

4.5 Endividamento Municipal (artigos 48º a 67º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro)


4.5.1 Empréstimos Bancários

O valor da dívida com empréstimos bancários em 31/12/2018 era de 6 133 097,33 € distribuído por três entidades bancárias:


Caixa Geral de Depósitos: 77 979,11 €


BPI: 351 632,00€


Millennium BCP: 5 703 486,22 €


4.5.2 Dívidas a Terceiros - Curto, Médio e Longo Prazo

Da análise do quadro abaixo, verifica-se que de 2017 para 2018, o município diminuiu 20% da dívida total, o que equivale a uma redução absoluta de 1 600 426,24 €.

Quadro 27: Dívida a terceiros - curto, médio e longo prazo

Componentes de Dívida	2017	2018	Variação
Fornecedores C/c	85 596,12	118 907,11	39%
Fornecedores de Imobilizado	169 900,00	128 919,39	100%
Outras dívidas de curto prazo	115 237,50	123 888,78	8%
Empréstimos de curto prazo (valores a pagar no ano n+1)	1 590 303,33	1 606 305,83	1%
Dívida de M/L prazo (empréstimos a pagar a partir do ano n+2)	6 132 649,26	4 526 791,50	-26%
Outras dívidas de m/l prazo	61 614,27	50 061,63	-19%
Total da Dívida	8 155 300,48	6 554 874,24	-20%

Fonte: Balanço (€)

O valor registado em fornecedores conta corrente inclui, entre outros, o último trimestre de iluminação pública que, tendo sido faturado em 31/12/2018 não foi possível pagar no ano 2018;

O valor registado em fornecedores de imobilizado inclui, entre outros, o que falta pagar do contrato promessa compra e venda do Quartel dos Bombeiros;

O valor registado em "Outras dívidas de curto prazo" resulta essencialmente de operações de especialização do exercício pelo que inclui o valor previsto para 2019 nos Protocolos celebrados com a Mondim + Social e o valor em dívida com o Fundo de Eficiência Energética para 2019;

Em "outras dívidas de médio /longo" prazo consta o valor em dívida com o Fundo de Eficiência Energética para além do ano 2019.

4.5.3 Limite da dívida total em 2018, calculado nos termos da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro

Nos termos do artigo n.º 52 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida dos três exercícios anteriores.

No caso do município de Mondim de Basto, as entidades que relevam para efeitos do limite da dívida total, nos termos do referido artigo 54º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro são: Associação Nacional de Municípios Portugueses, CIM do AVE e Cooperativa Mondim + Social.

Neste sentido, observe-se o quadro seguinte que apresenta a dívida total do município, face ao limite.

Quadro 28: Limite da dívida total

	Entidades	Dívida Total em 31/12/2018	Limite do Município em 2018	Situação face ao limite	Valor da margem
Entidades relevantes para efeitos de limite da dívida total (artigo 54 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro)	Município de Mondim de Basto	6 554 874,24	11 030 030,20	Margem	4 474 771,50
	Associação Nacional de Municípios Portugueses	384,46			
	CIM do AVE	ND			
	Cooperativa Mondim + Social	ND			
TOTAL		6 555 258,70			

Fonte: Elaboração própria- Balanço + informação fornecida pelas três entidades (€)

4.6 Indicadores de Gestão Orcamental /Rácios Financeiros

Para uma melhor análise da situação económica das finanças do município, apresentam-se alguns indicadores de gestão para o período 2015-2018.

Quadro 29: Grau de Cobertura Global da Despesa

Rácio	2015	2016	2017	2018	Análise Económica
Receita Total / Despesa Total	110,83%	111,43%	112,31%	106,60%	Mede a capacidade das receitas totais cobradas cobrirem as despesas totais pagas
Receita Corrente / Despesa Corrente	132,78%	134,31%	136,63%	135,18%	Mede a capacidade das receitas correntes cobrarem as despesas da mesma natureza.
Receita Capital / Despesa Capital	31,91%	29,19%	34,97%	18,60%	Mede a capacidade das receitas de capital cobrarem as despesas da mesma natureza. *
Receitas Próprias / Despesa Total	16,92%	17,09%	44,38%	17,85%	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da Autarquia
Fundos Municipais / Despesa Total	80,34%	66,46%	64,26%	65,91%	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas Fundos Municipais

Quadro 30: Estrutura da Receita

Rácio	2015	2016	2017	2018	Análise Económica
Receitas Próprias / Receita Total	16,85%	15,34%	15,38%	16,74%	Mede o peso das receitas próprias dos municípios no total das receitas arrecadadas
Receita Cobrada / Receita Total	17,01%	4,37%	3,59%	9,39%	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
Impostos Diretos / Receita Total	8,03%	6,81%	7,00%	7,16%	Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total
Fundos Municipais / Receita Total	84,15%	59,64%	57,22%	61,83%	Mede o peso das transferências dos fundos municipais na receita total
Receitas Fiscais / Receitas Correntes	11,53%	10,24%	10,57%	9,93%	Mede o peso das receitas fiscais arrecadadas sobre as receitas correntes cobradas

Quadro 31: Estrutura da Despesa

Rácio	2015	2016	2017	2018	Análise Económica
Receitas Próprias / Receita Total	16,85%	15,34%	15,38%	16,74%	Mede o peso das receitas próprias dos municípios no total das receitas arrecadadas
Receita Cobrada / Receita Total	17,01%	4,37%	3,59%	9,39%	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
Impostos Diretos / Receita Total	8,03%	6,81%	7,00%	7,16%	Mede o peso das receitas provenientes dos impostos diretos na receita total
Fundos Municipais / Receita Total	84,15%	59,64%	57,22%	61,83%	Mede o peso das transferências dos fundos municipais na receita total
Receitas Fiscais / Receitas Correntes	11,53%	10,24%	10,57%	9,93%	Mede o peso das receitas fiscais arrecadadas sobre as receitas correntes cobradas

Quadro 32: Outros Rácios

Rácio	2015	2016	2017	2018	Análise Económica
Receita Total Per Capita	1 294,79	1 254,36	1 346,29	1 264,86	Permite analisar o volume de receitas arrecadadas per capita
Receita Total Por Km²	56 373,49	54 613,12	58 615,44	55 070,20	Compara as receitas arrecadadas com a área geográfica da autarquia km ²
Despesa Total Per Capita	1 168,30	1 125,71	1 198,70	1 186,54	Permite analisar o volume de despesas efetuadas, em termos per capita
Despesa Total Por Km²	50 866,28	49 011,89	52 189,77	51 660,50	Comparar as despesas efetuadas com a área geográfica abrangida pela autarquia km ²
Receitas Próprias Per Capita	197,71	192,44	207,05	211,75	Permite analisar o volume de receitas próprias reunidas pela autarquia, em termos per capita
Receitas Próprias Por Km²	8 607,90	8 378,42	9 014,84	9 219,13	Compara as receitas próprias reunidas pela autarquia, com a respetiva área geográfica km ²

Fundos Municipais Per Capita	738,63	748,14	770,32	708,53	Permite analisar o volume de receitas decorrentes da participação nos impostos do Estado , em termos per capita
Fundos Municipais Por Km ²	32 159,05	32 573,18	33 538,83	30 848,30	Comparara as receitas decorrentes da participação nos Impostos do Estado, com área geográfica km ²
Investimentos Per Capita	195,18	171,95	219,18	176,19	Permite analisar o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita
Investimentos Por Km ²	8 497,89	7 486,63	9 542,68	7 671,06	Compara os investimentos pagos por km ²

4.7 Análise Económico-Financeira

4.7.1 Análise ao Balanço

Imobilizado

No ano 2018 o valor global do Ativo Líquido cifra-se em 40 718 499,36 €

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2018 refletem, essencialmente,

- Escritura de compra e venda celebrado com Mondim Tâmega Park, Empreendimentos Turísticos SA de prédio urbano, no valor de 340 000,00 €;
- Dívidas de água, lixos e saneamento e alimentação escolar, num total de 83 000 €
- Crédito de IVA apurado a receber do Estado, no valor de 148 716,79 €

Disponibilidades

O montante de 943 929,74 € inclui as disponibilidades imediatas, assim distribuídas:

- Caixa: 974,18 €;
- Instituições financeiras: 942 955,56 €

Passivo

O passivo registou uma diminuição de 12%, influenciado, essencialmente, pela diminuição das provisões e da dívida de empréstimos de m/l prazo.

As provisões registadas respeitam a riscos associados aos processos judiciais em curso, de acordo com a informação prestada pelo consultor jurídico do município:

- Processo 18/16.1 BEMDL, no valor de 47 036,16 € (constituição de 50%);
- Processo 155/17.5 BEMDL, no valor de 27 728,16€ (constituição de 30%); e
- Processo 121.135/16/16.5.2BEMDL, no valor de 144 596,53 € (constituição de 50%).

Acréscimos e Diferimentos

Os acréscimos de custos referem-se a custos a reconhecer no exercício de 2018, relativos a despesas a pagar no exercício de 2019. Exemplo disso são os valores a pagar em 2019 referentes a férias e subsídio de férias (370 118,90 €) que se vencem em 1 de janeiro de 2019.

O acréscimo de proveitos refere-se a proveitos a reconhecer no exercício em que ocorrem, independentemente do ano em que são arrecadados. Exemplo disso são os impostos, designadamente do IMI e IRS; uma vez que os valores arrecadados em 2018 dizem respeito ao ano anterior. Do mesmo modo, procedeu-se ao registo de valores recebidos dos parques eólicos, bem como outros valores arrecadados em janeiro de 2019 relativos ao ano de 2018.

O valor reconhecido em acréscimo de proveitos a receber durante o ano de 2019 respeitam, essencialmente a:

- IRS: 106 960,00€;
- IMI: 515 911,74€;
- IUC: 8 986,36€;
- IMT: 7 962,40€;
- Parques Eólicos: 172 109,91€;
- Água, resíduos e saneamento: 23 614,42€

4.7.2 Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no POCAL, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do município durante o ano 2018.

Relativamente a custos com pessoal, registou-se um aumento de cerca de 11% face a 2017.

Os custos com fornecimentos e serviços externos aumentaram 12% face a 2017.

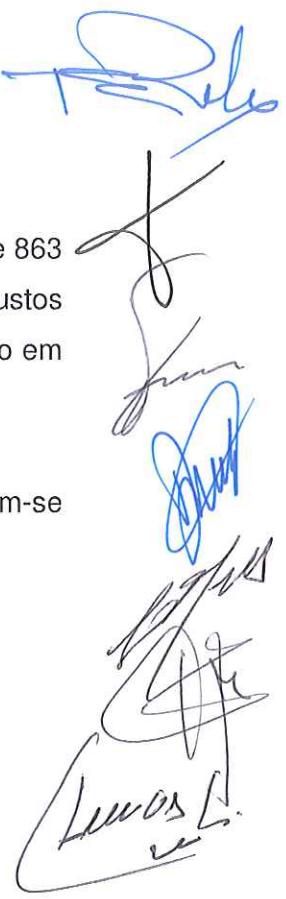
Do lado dos proveitos, refira-se o aumento, em 3% na prestação de serviços, face a 2017.

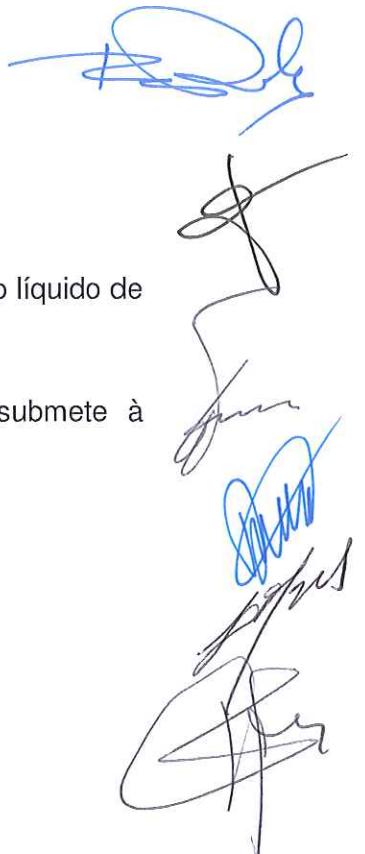
Resulta, assim, da análise dos custos e proveitos operacionais um resultado operacional do exercício de 2018 positivo de 50 894,81 €.


Em 2018 os resultados financeiros são positivos, no valor de 182 296,84 €.

Para efeitos do apuramento dos resultados extraordinários, verifica-se um valor de 863 330,35 € de proveitos extraordinários e um valor de 229 408,77 € de custos extraordinários, pelo que o resultado extraordinário do exercício de 2018 é positivo em 633 921,58 €.

Da contabilização dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários, obtém-se um resultado líquido positivo de 867 113,23 €.





5 Proposta de Aplicação de Resultados

O Município de Mondim de Basto apurou no exercício de 2018, um resultado líquido de 867 113,23 €.

Tendo em atenção as disposições legais e estatutárias, o executivo submete à Assembleia Municipal a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- Reservas Legais (5%): 43 355,66 €
- Resultados Transitados/conta 59 (restante): 823 757,57 €

6 REFERÊNCIA AO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de abril de 2018, foi aprovada a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro.



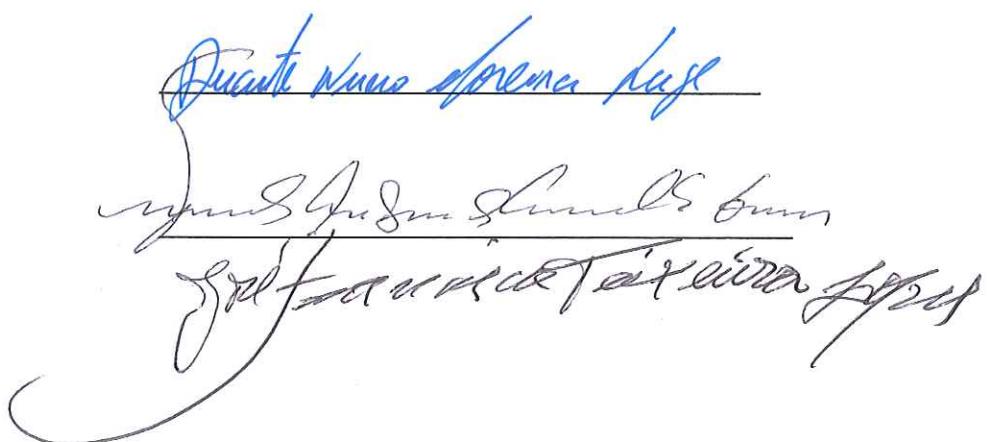
7 TERMO DE ENCERRAMENTO

O presente documento- **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2018-** é parte integrante da Prestação de Contas 2018, contem 81 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mondim de Basto, realizada em 11 de abril de 2019.

O Presidente do Município de Mondim de Basto,



Os Vereadores,



TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente documento- **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2018** é parte integrante da Prestação de Contas 2018, contem 81 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, aprovada em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, realizada em 30 de abril de 2019.

Wenderson Lopes
Secretário Técnico
Luis Fernando Leal Ribeiro